

DOCUMENTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CENSURA POSTAL
Tratamento Documental e Difusão

Carla Pereira da Silva

**Dissertação de Mestrado em Ciências da Informação e da
Documentação – Área de Especialização em Arquivística**

Outubro 2016

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Ciências da Informação e da Documentação
– Área de Especialização em Arquivística, realizada sob a orientação
científica da Professora Doutora Maria Lurdes Rosa e do Doutor Pedro
Penteado.

"A wise little bird leaved in an oak

More he heard less he spoke

Less he spoke more he heard

Soldiers should do like this little bird"

[PT/AHM/DIV/1/35/77/1- Relatório final censura]

AGRADECIMENTOS

Ao longo dos muitos meses que este trabalho levou a ser realizado, e mesmo durante a parte letiva do Mestrado, nunca me senti sozinha, contando sempre com o apoio e carinho de professores e também de colegas. De igual modo contei com o apoio institucional das hierarquias e serviços do Exército Português, onde desempenhei e desempenho a minha atividade profissional, mormente a Direção de História e Cultura Militar (DHCM) e, presentemente, a Direção de Infraestruturas (DIE).

Devo começar por endereçar um agradecimento muito especial aos Professores Maria de Lurdes Rosa e Pedro Penteado, que não só aceitaram orientar o meu trabalho, como nunca deixaram de me incentivar a prosseguir-lo, mesmo e sobretudo nos momentos em que parecia deixar-me vencer pelo desânimo. A sua qualificada orientação e o seu apoio foram decisivos para a definição e prossecução desta investigação, a qual não teria sido possível levar a bom termo sem o seu concurso.

Finalmente, devo manifestar aqui um emocionado agradecimento à minha família, especialmente aos meus filhos Mafalda e Ricardo, que vezes demais sacrifiquei do meu apoio e convívio.

RESUMO

Tomámos como objetivo para a nossa dissertação elaborar um plano de como difundir a documentação relativa ao Serviço de Censura Postal do Corpo Expedicionário Português à guarda do Arquivo Histórico Militar. Iniciámos esta nossa dissertação fazendo uma revisão do estado da arte, quer no que à difusão diz respeito, mas também à importância de social e histórica desta documentação. Apresentámos a contextualização histórica em que a Censura Postal Militar na Guerra 1914-1918 se desenvolveu, bem como a sua organização e critérios de funcionamento em contexto de guerra. Para tal será necessário proceder à classificação, descrição e digitalização desta documentação. Colocando sempre o enfoque na difusão arquivística, abordaremos o paradigma pós-custodial e a sua relevância na difusão arquivística. Proporemos ainda a disponibilização da informação em base de dados (*Archeevo*) bem como sugestões e reflexões sobre as potencialidades de parcerias com outras instituições com vista a potenciação desta documentação. Por último apresentaremos um Projeto de Exposição Virtual.

Palavras-chave: Carta, Serviço de Censura Postal, Corpo Expedicionário Português, Difusão, Parcerias. Exposição Virtual, Pós-Custodial.

ABSTRACT

We aim for our dissertation to develop a work a plan of how to diffusion the documentation concerning the Censorship Service Postal in the Expeditionary Portuguese Corp under custody of the Military Historical Archive. We begin our thesis by reviewing the state of the art, both in the dissemination concerns, but also the socio-historical importance of this documentation. We present the historical context in which the Censorship Postal Military in War 1914-1918 was developed, as well as its organization and operating criteria in the context of war. For this it will be necessary to proceed with the classification, description and digitization of the documentation. Always putting the focus on archival diffusion, we discuss the post-custodial paradigm and its relevance in this function, and availability of information in database (*Archeevo*) as well as suggestions and reflections on the partnership potential with other institutions, view the potentiation of this documentation. Finally we will present a Virtual Exhibition Project.

Keywords: Letter Censorship Postal Service, Portuguese Expeditionary Corps, Availability, Diffusion, Partnerships. Virtual exhibition, post-custodial.

ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

AHM – Arquivo Histórico Militar

CEP – Corpo Expedicionário Português

CLUL – Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

DIE – Direção de Infraestruturas

DHCM – Direção de História e Cultura Militar

ISAD(G) – *International Standard Archival Description, General*

Normas Gerais Internacionais de Descrição em Arquivo

ONG – Organização Não-governamental

UI – Unidade de Instalação

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo I – Revisão da Literatura	3
Capítulo II – Objetivos e Metodologia	9
Capítulo III – O Contexto da Censura Postal na Guerra de 1914-1918	17
Capítulo IV – O Serviço de Censura Postal. Organização e Critérios	29
Capítulo V – Operações Arquivísticas	35
Capítulo VI – Difusão	45
Conclusão	53
Bibliografia	55

INTRODUÇÃO

Nesta nossa dissertação para obtenção do grau de mestre temos como enfoque a difusão de documentação única em arquivos estatais portugueses, e como tal de enorme pertinência social, a documentação do Serviço de Censura Postal do Corpo Expedicionário Português.

Assim, começamos por caracterizar o objeto de estudo, o seu contexto histórico, bem como o seu contexto de orgânico de produção. Esta documentação, à guarda do Arquivo Histórico Militar (AHM), e nela podemos encontrar uma tipologia diversa, entre documentação institucional, como relatórios, ofícios, cartas, etc

O objetivo geral para este trabalho será o de possibilitar o acesso de forma eficiente e rápida do cidadão comum e / ou do investigador a uma documentação que consideramos de grande potencial histórico-social, tendo em consideração que se trata de documentação quer institucional quer pessoal, enquanto contexto de produção.

No caso da documentação em que o contexto de produção é de carácter estritamente pessoal, falamos agora do caso dos documentos de escrita quotidiana, mais concretamente das cartas que os militares nas trincheiras escreviam aos seus familiares e amigos, bem como as que os mesmos lhes escreviam, faremos uma abordagem teórica do processo pelo qual estes documentos se transformam, através de um mecanismo de captura (a censura) de pessoal em institucional.

A sociedade de informação disponibiliza um enorme manancial de novas ferramentas que urge explorar, muito concretamente e no caso

dos arquivos a riqueza do património cultural à sua guarda sendo imensa, representa uma possibilidade única de valorização através da difusão.

Assim sendo, faremos uma proposta para a difusão, tendo por base a disponibilização dos registos em base de dados (*Archeevo*) por acesso remoto, com os respetivos objetos digitais, bem como ainda possibilitando a inserção desses no Portal Português de Arquivos (PPA), na aplicação APEX e ainda na plataforma Europeanna.

De modo a abrangermos um universo de utilizadores mais vasto e mais interativo, pensamos que, a iniciativa de elaborar de uma exposição virtual deste cervo documental permitiria “pensar” o arquivo como um espaço de difusão cultural com uma ação de duas vias, uma sinergia entre arquivo e sociedade civil.

Capítulo I – Revisão da Literatura

A evocação dos 100 anos passados sobre o início da Grande Guerra atribui à documentação relativa ao tema existente nos nossos arquivos uma função educativa e cultural que concorre para a construção da identidade nacional.

Em particular a documentação relativa aos Serviços de Censura Postal, durante Grande Guerra, adquire agora uma assinalável pertinência social e histórica. Esta documentação, à guarda do Arquivo Histórico Militar, é composta por documentação institucional, como relatórios, ofícios, etc., e documentação de escrita quotidiana, como cartas e outras epístolas.

Em referência a este conjunto documental é de salientar a existência de diferentes tipologias que permitem “olhares” diversos, quer para os investigadores, quer para o público em geral. Se por um lado encontramos documentação administrativa que elucida quanto ao funcionamento orgânico dos Serviços Postais, por outro encontramos relatórios que, à semelhança do ocorrido para outros contextos, atribuem àquela documentação uma outra função.

Segundo inicialmente a preocupação dos comandos militares recaía no impedimento dos soldados revelarem inadvertidamente pormenores sobre questões inerentes à guerra, ou relacionados com questões de espionagem, “mas rapidamente as chefias militares perceberam o potencial das informações que os censores podia extrair das cartas que censuravam”¹.

François Lagrange, que estudou a *Commision de Contrôle Postal* para a sua tese de doutoramento intitulada “Moral et opinions des combattants français durant la Première Guerre Mondiale d’après les rapports du Contrôle Postal de la IV Armée” refere que a importância desta documentação advém precisamente da possibilidade de responder a questões fulcrais para a construção da memória, não apenas as dos combatentes, mas também a das populações civis em contexto de ocupação. Através

¹ Martyn Lyons, 2003. “French Soldiers and Their Correspondence ...”, p. 84. Semelhantemente, no caso do C.E.P., quando o Serviço de Censura Postal começou a operar em França, a designada “Censura da Base” reportava ao Estado-Maior por via da Repartição de Informações, o que dá bem conta da relação entre os resultados da censura postal e as informações estratégicas que daí poderiam advir. Ver PT/AHM/DIV/1/35/77/1.

de documentação institucional e de escrita quotidiana o investigador dirige “a atenção, naturalmente, para os meios que permitem conhecer e compreender os combatentes, a sua moral e opiniões, as suas motivações, expectativas e medos” e, ainda, “para a inspecção postal como uma fonte de grande valor” que “metodicamente foi identificando a representatividade e a qualidade de provas e informações colectadas”².

Resistindo à tentação da exaustividade mas não podendo deixar de o evocar, Legrange lista alguns estudos realizados com base na documentação da “Commision de Contrôle Postal”, realçando a sua importância, como é o caso da tese de doutoramento de Patrick Facon sobre a moral do exército francês em operações no Mediterrâneo oriental³, referindo que “ele usou os relatórios do monitoramento da correspondência do exército Salonica para descrever e compreender o estado de espírito do exército de expatriados”⁴.

Legrange convoca também a investigação de Jean Nicot, curador-chefe dos Serviços Históricos do Exército francês, autor que abordou uma outra tipologia de documentação, analisando “extratos ... abundantes de cartas de combatentes e observações de censores nos relatórios de inspecção postais que vão, desde outubro 1917 a dezembro de 1918 ... um primeiro vislumbre de todos os desenvolvimentos morais para este período”⁵.

Todo o valor desta documentação resultante do “monitoramento” da correspondência, foi já, segundo Legrange, devidamente reconhecido. Importa, contudo, salientar que não esgotou o seu potencial nem tão pouco se assistiu ou confrontou com uma metodologia de investigação numa única perspectiva, permitindo-se, sempre, abordagens inovadoras.

De todo o modo Legrange enfatiza que é sempre preciso ter consciência das possibilidades e limitações do controlo postal no seu contexto original, pelo que tem de se conhecer a sua história e questionar a sua representatividade.

² François Legrange, 2009, “Moral et opinions des Combattants Francais...”, p. 14-ss.

³ Patrick Facon, 1977. *Soldats français de l'armée d'Orient, 1915-1919 ...*

⁴ François Legrange, 2009, “Moral et opinions des Combattants Francais...”, p. 15.

⁵ François Legrange, 2009, “Moral et opinions des Combattants Francais...”, p. 16.

No caso do Corpo Expedicionário Português Ribeiro de Menezes atribui à correspondência censurada e apreendida pelos Serviços Postais em Campanha, um papel decisivo para “... avaliar as verdadeiras opiniões dos soldados portugueses e os oficiais”⁶. Contudo, Ribeiro de Menezes ressalva, para o caso do C.E.P., algumas questões que muito nos interessam para o caso da documentação aqui em estudo. Antes do mais, o exército português diferenciava-se significativamente, por exemplo, do exército francês no que respeita aos níveis de alfabetização dos seus militares. É preciso lembrar que na época cerca de 70% na população adulta de Portugal era analfabeta (no caso dos homens, pois no caso das mulheres esse valor era ainda mais elevado), acrescendo ainda o facto de os soldados de infantaria portugueses serem na sua grande maioria camponeses. Ora, segundo Ribeiro de Menezes, tal conduz a deduzir que a correspondência produzida pelos soldados ser em menor número se comparada com a produzida por outros corpos militares, e, ainda, “também a necessidade de ter outros soldados a escrever as cartas [e ter alguém em Portugal que as lesse para o destinatário] pode muito bem ter tido um impacto sobre a natureza da correspondência acima e para além da habitual restrições de cartas em tempo de guerra - a presença do censor e o desejo de aliviar a ansiedade dos entes queridos”⁷ (2000, p. 335).

Apesar de ser impossível avaliar a percentagem da correspondência produzida que foi apreendida e até mesmo a que chegou aos nossos dias, Francisco Ribeiro de Menezes refere a escassez de documentação desta natureza, salientando como sendo a mais representativa a que se encontra no Arquivo Histórico Militar, capaz de fornecer, por si mesma, uma visão única do desenrolar do conflito e do seu quotidiano.

A importância desta documentação, o seu valor social e histórico, foi estabelecido poucos anos após o termo do conflito. Em 1926, na Austrália, uma equipa de trabalho do “Memorial de Guerra” dedicava-se à organização da documentação relativa aos registos produzidos em contexto de guerra. Por sugestão de um dos seus membros é então enviada uma carta às famílias dos soldados que combateram na

⁶ Filipe Ribeiro de Menezes, 2000, “All of Us are Looking Forward to Leaving ...”, p. 334.

⁷ Filipe Ribeiro de Menezes, 2000, “All of Us are Looking Forward to Leaving ...”, p. 335.

Primeira Grande Guerra, onde lhes era solicitado que disponibilizassem as cartas que os próprios teriam escrito em tempo de guerra, de modo a constituir-se uma coleção.

Esta experiência é relatada por Anne-Marie Condé como uma tentativa de preservar para a posteridade registos dos "pensamentos, esperanças e medos" dos combatentes⁸.

Estas coleções possibilitam, adianta Condé, uma visão da "História vista de baixo ... as vidas das pessoas, vida íntima das pessoas comuns, especialmente"⁹. A procura destes registos de escrita quotidiana sofreu um aumento nos anos 80 e 90 do século passado, estando agora a disposição de especialistas e do público em geral todo um potencial riquíssimo deste registos, possibilitando mostrar não só como foi a guerra, mas sim um pouco mais de nós próprios.

Na atual sociedade de informação existe todo um mundo de oportunidades que urge explorar. No caso específico dos arquivos a riqueza do património cultural à sua guarda, é imensa, não só qualitativa mas também quantitativamente. As novas tecnologias de informação e comunicação constituem uma possibilidade única de valorização da função desses arquivos, dando uma nova e sustentada dimensão à memória social e à identidade nacional.

Para Ramon Alberch i Fugueras¹⁰ só assim poderemos abranger um universo de utilizadores mais vasto, sair da redoma que normalmente envolve os arquivos enquanto entidades fechadas sobre si mesmas, e às quais o utilizador tinha de se deslocar, deslocação sem a qual o investigador não obtinha informação. Presentemente, assistirmos um pouco ao caminho inverso, ou seja, o arquivo procura ir ao encontro do cidadão, o que tem efetivamente vindo a acontecer nos últimos anos, com o advento da Internet e, mais recentemente, com a Web 2.0.

Essa consciencialização social em relação ao acelerado acesso à informação e a gradual pro-atividade dos profissionais de arquivo, colocaram aos arquivistas novos desafios, como seja o de corresponder a solicitações crescentes de disponibilização da

⁸ Anne-Marie Condé, 2007, "Imagining a collection: ...", pp. 25-26.

⁹ Anne-Marie Condé, 2007, "Imagining a collection: ...", pp. 33-34..

¹⁰ Ramon Alberch i Fugueras, 2003, *Los Archivos entre la Memoria ...*, pp. 175-176.

informação, de forma cada vez mais intuitiva e abrangente, tendo-se sempre o cuidado de perceber que não é possível, logicamente, uma abrangência total.

A promoção dos arquivos, diz-nos Alberch i Fugueras¹¹, em estreita ligação com as políticas de ação cultural e educativa e com a divulgação histórica, tem um vasto campo de atuação com o estabelecimento de parcerias variadas, como é o caso de outras entidades privadas, culturais, etc. para comemorações de âmbito local, em contexto comunitário, mas também de nível nacional ou internacional, visitas de grupos a itinerários históricos, exposições itinerantes, e ainda com fins educativos como é o caso da organização de colóquios ou conferências.

Também Heloísa L. Bellotto salienta a importância da participação dos cidadãos para os arquivos enquanto entidades culturais. Para Bellotto é então possível pensar o arquivo como um espaço de difusão cultural, como uma ação de duas vias: por um lado, o lançamento de “elementos de dentro do arquivo para fora”, buscando atingir um maior “campo de abrangência”; por outro, “o retorno dessa mesma política, acenando com atrativos no recinto do arquivo”¹².

Paulo Sérgio de Souza e Silva¹³, na sua dissertação, embora coincidente com Heloisa Bellotto no que toca a participação dos cidadãos na vida das instituições culturais, coloca em discussão um outro fator, a participação do Estado em todo este progresso de valorização do património e, consequentemente, a sua difusão.

Para Souza e Silva o Estado, além de reconhecer a importância dos acervos documentais, tem também de criar políticas culturais, nomeadamente a afectação de recursos financeiros e humanos que permitam aos arquivos desenvolver as suas atividades, como seja a organização, descrição, preservação e difusão dos seus acervos. Mas também mudança de paradigma, um abandonar de uma visão patrimonialista dominante, para a liberdade de criar estratégias de divulgação desse património.

O autor defende que a democratização da cultura e para o caso da abertura dos arquivos ao público em geral, terá de passar menos por elites e mais por “uma

¹¹ Ramon Alberch i Fugueras, 2003, *Los Archivos entre la Memoria ...*, pp. 167-170.

¹² Heloísa Liberalli Bellotto, 1991, *Arquivos Permanentes ...*, p. 228.

¹³ Paulo S. Souza e Silva, 2008, “Políticas Culturais e Arquivos Públicos ...”, p. 30.

verdadeira política cultural terá de ser conquistada e preservada pelo esforço e vigilância daqueles que creem no génio criativo de nossa cultura”¹⁴. Em sua opinião a globalização poderá ter um papel importante, enquanto factor de distorção das atribuições do Estado, relativamente as necessidades culturais das populações, que poderão precisamente estar a ser colmatadas por ONG’s e organizações da sociedade civil, encimadas pela globalização, em detrimento de políticas locais.

No entanto para alguns autores, como Alberch i Fugueras¹⁵ e Garcia¹⁶, toda esta problemática não pode ser analisada sem passar pelo arquivista. Estes autores defendem que o arquivista deve encarar a sua profissão com uma nova perspetiva, sair do isolamento e da invisibilidade. A mudança de paradigma a ter lugar dentro das intuições terá forçosamente de começar pelos seus profissionais e essa mudança pode e deve ser iniciada pelos seus profissionais enquanto agente ativos. E ainda, ter consciência do valor social e cultural que os arquivos desempenham em democracia e na salvaguarda dos direitos humanos, na construção da história e na preservação da identidade.

A difusão é essencial para a consciência social do valor social e cultural dos arquivos e, no sentir de Fugueras e Garcia, a difusão é uma das atividades arquivísticas menos desenvolvida. Para inverter esta situação, defendem a necessidade de identificar e combater os factores que a provocam, como sejam o défice crónico de recursos atribuídos aos Arquivos, que retarda a dignificação desta profissão e a indiferença da sociedade para com os arquivos. Por outro lado, também a visão tradicionalista e o sentimento de inferioridade que os arquivistas possuem da sua atividade podem concorrer, concomitantemente, para cercear o reconhecimento do valor social e cultural dos arquivos, numa espécie de auto-limitação que muito penaliza a atividade arquivística.

¹⁴ Paulo S. Souza e Silva, 2008, “Políticas Culturais e Arquivos Públicos ...”, p. 41.

¹⁵ Ramon Alberch i Fugueras, 2003, *Los Archivos entre la Memoria ...*, pp. 168-169.

¹⁶ L. Martinez García, 1999, “La Difusion por la Difusion ...”, p. 36.

Capítulo II – Objetivos e Metodologia

1. Objectivos

A enunciação clara dos objectivos a que se propõe este estudo torna-se indispensável não só por exigência metodológica mas também para delimitar de forma muito assertiva o âmbito da investigação a que nos impelimos.

Para melhor servir essa necessidade de assertividade sentimos necessidade de distinguir os objectivos a que nos propusemos na nossa investigação em duas categorias: objetivos gerais e objetivos específicos.

No que se refere aos objetivos gerais começaríamos por salientar uma das funções basilares dos arquivos: trata-se de um recurso fundamental ao exercício da atividade administrativa, de prova ou de informação visando a sua eficiência e eficácia, nomeadamente no que se refere às suas relações com as instituições e com os cidadãos. Ou seja, trata-se de reificar e reforçar a função social do arquivo.

Decorrente deste primeiro grande objetivo perfila-se um segundo, no cumprimento de uma responsabilidade igualmente social, que se relaciona com o desenvolvimento de atividades ligadas à difusão, de modo a facilitar a divulgação e o acesso à informação, tendo em consideração a importância desta documentação para o conhecimento histórico e social da participação do Exército Português na Grande Guerra de 1914-1918.

Por último, um terceiro objectivo mais genérico, mas mesmo assim imbuído da mesma dimensão social, aquele que se relaciona com o futuro desta documentação, o que dela possa servir para orientação de novos projetos.

Como objetivos específicos podemos alinhar o seguinte conjunto sequencial:

- 1) o tratamento documental da documentação dos Serviços de Censura Postal do CEP, conforme descrito no capítulo V desta tese;
- 2) a descrição dessa documentação de acordo com as normas e parâmetros em vigor, quer internacionalmente quer no Arquivo Histórico Militar (AHM);
- 3) a digitalização de toda essa documentação;
- 4) e, por último, a sua disponibilização e difusão.

Explanemos agora, com a demora que uma investigação deste alcance justifica, o quadro metodológico que a deve enformar.

2. Metodologia

Na nossa dissertação procuramos, essencialmente, dar resposta à seguinte questão pertinente: como organizar, descrever e digitalizar a documentação dos Serviços de Censura Postal, para permitir a sua boa divulgação / difusão, num contexto evocativo dos em anos da Grande Guerra?

Esta fase inicial permitiu-nos estabelecer a definição do problema, de uma forma clara e precisa e, de acordo com este mesmo problema, pensar nas várias etapas imprescindíveis ao objetivo final: como melhor difundir.

Para tal foi elaborado um plano de trabalho, composto por várias etapas, compreendendo desde a opção temática enquadrada num

conjunto espaço-temporal adequado, passando pelo tratamento documental, até à descrição e à digitalização, etapas que apresentaremos mais pormenorizadamente no Capítulo V, mas que nos obrigaram a “olhar” para todo este processo de uma forma metódica, sistemática e objetiva, não deixando de referir, naturalmente, a Difusão.

A decisão do método a utilizar recaiu no modelo quadripolar, porque pensamos ser o que melhor se adequa à ciência arquivística, tornando-se quase incontornável no campo de estudos em que se situa esta nossa tese.

Modelo de abordagem de prática científica inicialmente concebido por Paul de Bruyne, J. Herman e M. de Schoutheete¹ é um modelo de tipo topológico, assente em quatro pólos – ou instâncias – metodológicos, a saber pólo epistemológico, pólo teórico, pólo morfológico e pólo técnico.

Estes pólos possibilitam pensar-se a investigação científica de forma articulada e ordenada, permitindo a interação e dinamismo intrínseco à própria investigação, um processo dialético que, a um tempo, a densifica e clarifica.

Mais tarde desenvolvido por Michelle Lessard-Hérbert, Gabriel Goyette e Gérald Boutin viria posteriormente a ser adaptado por Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro².

Ao longo da investigação as dúvidas de qual o melhor caminho seguir estarão presentes, uma vez que a procura de respostas é feita de incertezas e desafios. Sendo certo que quanto mais clara e objectiva for

¹ Paul de Bruyne; Jacques Herman; Marc de Schoutheete; Jean de Ladrière (Préfacier). 1974. *Dynamique de la recherche en sciences sociales ...*

² Armando Malheiro da Silva e Fernanda Ribeiro, 2002, *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação...*

a estratégia delineada mais coerente será a estrutura de trabalho do investigador.

A definição inicial do objecto desta investigação reporta-se ao pólo epistemológico do método acima apresentado, abordagem essa que concorreu para a definição da temática deste projeto. Essa abordagem deixa-se reconhecer na definição do pólo epistemológico, como aqui explanado por Armando Malheiro da Silva³:

“No pólo epistemológico, instância superior imbricada no aparo teórico e institucional – a comunidade científica dos arquivistas, as suas escolas, institutos, locais de trabalho, com os seus referendos políticos, ideológicos e culturais – opera-se segundo J. Herman, a permanente construção do objecto científico e a delimitação da problemática da investigação. Assim dá-se a reformulação constante dos parâmetros discursivos – a linguagem envolvida no processo científico que traduz através de simbolizações verbais ou não verbais (tidas como modelos matemáticos ou iconográficos) as crenças e os valores partilhados por um grupo de investigadores – dos paradigmas e dos critérios de cientificidade – objectividade, fidelidade e validade – que norteiam todo o processo de investigação”.

Destarte, e em referência ao acima transcrito, começamos a nossa investigação com um estudo de caso, abordando a formulação do problema e o objectivo do estudo.

A opção metodológica a seguir, na sua imbricada relação com o objeto de estudo, justificando a pertinência da elaboração de um projeto de tratamento documental, descrição arquivística, digitalização e divulgação do acervo documental do Serviço de Censura Postal do CEP, foi, decididamente, o momento seminal deste projeto.

Ainda na decorrência desta primeira parte, iniciamos desde logo uma segunda, que coincide com o pólo teórico do modelo quadripolar:

³ Armando Malheiro da Silva, s.d., “A Gestão da Informação Arquivística e suas repercussões ...”, pp. 15-16.

“No pólo teórico manifesta-se a racionalidade predominante do sujeito que conhece (se relaciona e se adequa com) o objecto, bem como a respectiva postulação de leis, formulação de conceitos operatórios, hipóteses e teorias (plano da descoberta) e subsequente verificação ou refutação do «contexto teórico» disponível para os projectos de investigação presentes e futuros”⁴.

Decorrentemente estabelecemos contacto com a própria documentação do Serviço de Censura Postal, inteirando-nos de algumas dificuldades para as quais iremos expondo soluções ao longo da exposição do nosso trabalho, tendo sempre em conta o objetivo, isto é, a recuperação da informação com vista à sua difusão.

O cerne da nossa dissertação situa-se na terceira parte do plano de trabalho, a qual coincide, em nosso entender, com o pólo técnico do modelo quadripolar. Referimo-nos, mais concretamente, ao tratamento documental, à descrição arquivística, à digitalização e disponibilização da informação na aplicação *Archeevo*, bem como parcerias para difusão da informação da documentação do Serviço de Censura Postal.

É no pólo técnico que a relação entre o objeto científico e os acontecimentos do “mundo real” se reifica, de modo a possibilitar ao investigador a tomada de decisões face aos dados recolhidos nas operações técnicas.

O desenvolvimento desta fase consubstancia-se na concretização do objectivo das operações arquivísticas.

“Impõe-se porém, a revisão do alinhamento destas técnicas dispersas e avulsas, porque neste pólo se joga a capacidade probatória (verificação/refutação do contexto teórico) do dispositivo metodológico,

⁴ Armando Malheiro da Silva, s.d., “A Gestão da Informação Arquivística e suas repercussões ...”, p. 16.

que nada tem a ver com a mera «listagem» do real arquivístico arrumada/classificada intelectualmente (à revelia da base indutiva, seguindo um processo dedutivo inconsequente). Consideramos, por isso, necessário destacar neste pólo duas operações maiores:

1ª – Observação casuística ou de variáveis

Recolher exhaustivamente os dados histórico-institucionais, normativos e regulamentos, e descrever a natureza e o funcionamento interno do arquivo, através de várias técnicas ou procedimentos, tais como o questionário, a entrevista, a elaboração de fichas e registos informáticos, concebidos de modo a reunir todos os elementos pertinentes para o conhecimento do sistema.

2ª – Avaliação retrospectiva e prospectiva

Sujeitar os resultados da observação a um rigor que permita revelar e tipificar o essencial da estrutura de cada arquivo (avaliação retrospectiva) ou antecipar situações potenciais (avaliação prospectiva), quer no respeitante ao contexto orgânico (contexto de produção), quer na sua orientação funcional (de serviço), isto é, a rede dos circuitos por onde transita a informação e dos diversos instrumentos que permitem transferi-la, recuperá-la e difundi-la. Decorre deste investimento operativo a confirmação ou informação dos conceitos em uso, das hipóteses e teorias preparadas para cada projecto de investigação (estudo de caso) e das leis postuladas ou a postular”⁵.

No que diz respeito a essa contextualização da documentação, procedemos a uma investigação sobre o enquadramento histórico dos Serviços de Censura, bem como elaboramos a história do funcionamento orgânico dos Serviços de Censura Postal do C.E.P.

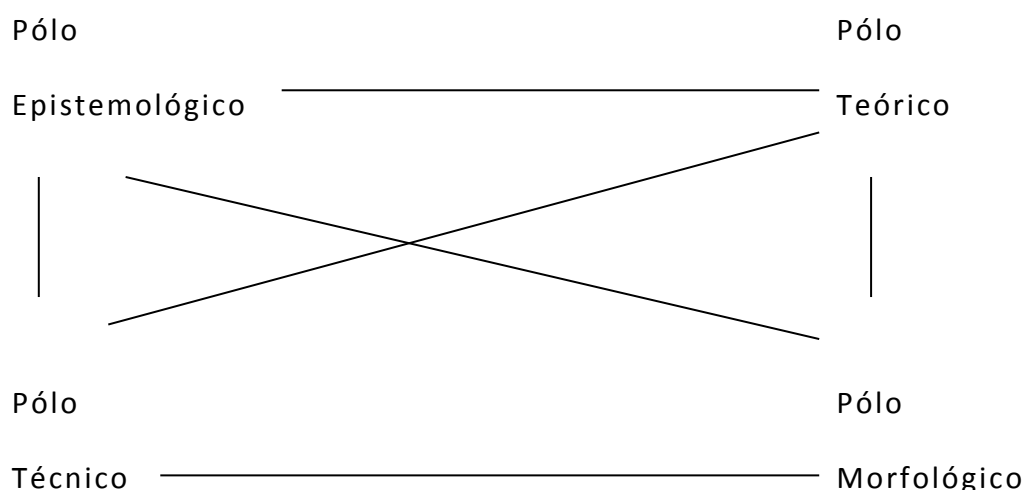
⁵ Armando Malheiro da Silva, s.d., “A Gestão da Informação Arquivística e suas repercussões ...”, pp. 17-18.

No polo morfológico, o último do modelo quadripolar que temos vindo a evocar, consubstanciam-se as conclusões resultantes das operações efectuadas no pólo técnico.

“Com efeito, a dinâmica da investigação no campo dos arquivos visa isolar, pela explicação, invariáveis ou leis, enquanto pela compreensão e pelo esforço interpretativo, de cariz qualitativo, procura alcançar um significado totalizante do processo informacional. Estas duas posições essenciais do pólo morfológico enquadram e precedem a apresentação dos instrumentos de pesquisa (referida atrás, no pólo teórico) sem o que se perde toda e qualquer pertinência científica no campo específico da arquivística⁶”.

Consideramos, todavia, que esta instância, espelha não só a configuração do objeto científico, mas também o processo pelo qual se efetuou a sua construção.

Interacção dos quatro pólos do método quadripolar⁷



⁶ Armando Malheiro da Silva, s.d., “A Gestão da Informação Arquivística e suas repercussões ...”, p. 19.

⁷ Paul de Bruyne; Jacques Herman; Marc de Schoutheete; Jean de Ladrière (Préfacier). 1974. *Dynamique de la recherche en sciences sociales ...*, p. 36.

Podemos concluir que o modelo quadripolar reflete, como nenhum outro, o dinamismo existente entre os diversos pólos de investigação, consolidando e agregando o conhecimento desenvolvido pelo investigador ao longo de todo o processo de interação com o objeto de estudo, pelo que se tornou indispensável na boa prossecução desta investigação.

Capítulo III - O Contexto da Censura Postal Militar na Guerra 1914-1918

Em 1917, no auge da Guerra e quando na sociedade americana ainda se debatia a participação no conflito¹, o senador republicano Hiram Johnson recuperou uma citação habitualmente atribuída a Ésquilo, dramaturgo grego do sec. VI a.C.,: “A primeira vítima da guerra é a verdade”². A Grande Guerra, permitiu perceber, pelo desenvolvimento tecnológico entretanto adquirido (nas comunicações, com o telégrafo e a rádio, por exemplo), o peso da opinião pública como fator de peso na condução militar da guerra.

As disposições censórias, operando entre a confidencialidade e a manipulação, em qualquer contexto, no espaço e no tempo, buscam, num primeiro momento, controlar os fluxos de informação e, sequencialmente, a construção duma verdade.

Seria exaustivo e, neste âmbito até desnecessário, arrolar todas as perspectivas, teses e teorias, que buscam explicar, compreender e transmitir representações heurísticas sobre a origem do conflito e, mais precisamente, o quadro do envolvimento português na Guerra.

De tudo quanto lemos e indagámos, estamos em crer que a tese de Nuno Severiano Teixeira, publicada há 20 anos³, ainda continua a fornecer-nos o mais inteligível e melhor fundamentado quadro explicativo para a compreensão de todas as componentes que conduziram ao envolvimento de Portugal na Guerra.

Até ao estudo de Severiano Teixeira as teses então dominantes atribuíam a entrada de Portugal na Grande Guerra a fatores exclusivamente exógenos, sendo que a maior parte das ideias e perspectivas sobre as motivações do envolvimento português no conflito se sedimentaram no período entre guerras. É, assim, possível destacar dois marcos fundamentais na historiografia portuguesa sobre a Guerra 1914-1918.

Em primeiro lugar o capítulo de Hernâni Cidade naquela que é considerada como a mais importante “História de Portugal” na historiografia portuguesa da primeira metade

¹ Os Estados Unidos declarariam guerra à Alemanha em 6 de Abril de 1917.

² Cit. em Carlos Santos Pereira, 2004, “Media e Militares na gestão de conflitos internacionais. ...”, p. 179.

³ Nuno Severiano Teixeira, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918 ...*

do século XX, a obra de Damião Peres⁴. No capítulo “Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918”⁵, Hernâni Cidade, naquele que é considerado como “o primeiro texto de natureza propriamente historiográfica publicado sobre a participação portuguesa na guerra”⁶, atribui à Alemanha a responsabilidade do desencadear do conflito e a participação portuguesa resultante das suas obrigações no quadro da Aliança.

O segundo texto fundamental da historiografia portuguesa entre guerras é *Portugal na Grande Guerra*, uma obra em 2 volumes publicada em 1934 e 1938 pelo General Ferreira Martins⁷. Foi, até há pouco tempo (2010), a única obra de conjunto da historiografia portuguesa dedicada exclusivamente à participação de Portugal na guerra de 1914-1918⁸. No essencial, Ferreira Martins e os autores por ele convocados a participarem na obra (sobretudo militares), consolidam e cristalizam a tese de que a Alemanha terá sido a responsável pelo despoletar do conflito e a participação portuguesa visou salvaguardar os interesses nacionais nas colónias.

Nesta historiografia de entre guerras se constituirá uma espécie de imagem oficial do que foi a participação na guerra de 1914-1918: a atribuição de toda a responsabilidade à Alemanha; a necessidade de fazer cumprir a velha Aliança; uma tomada de posição perante o património colonial; uma afirmação diplomática perante a ameaçadora Espanha. Um naipe de fatores exógenos, em que sobrelevam principalmente duas motivações.

A primeira dessas motivações, aquela que encontrou mais adesão na historiografia portuguesa, era o fator colonial ou, para utilizar a expressão de Severiano Teixeira, a “tese colonial”⁹. Entre guerras, a tese colonial, alicerçada nos acordos anglo-germânicos para a partilha das colónias portuguesas, sedimentou-se como a principal motivação para a entrada de Portugal na Guerra. Após o desmoronar do projeto do Mapa Cor-de-Rosa, com o Ultimato inglês de 1890¹⁰, Portugal viu grandemente cerceados os seus intentos de

⁴ Damião Peres (org.), 1928-1954. *História de Portugal ...*

⁵ Hernâni Cidade, 1937, “Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918...”.

⁶ Nuno Severiano Teixeira, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918 ...*, p. 29.

⁷ Luís Augusto Ferreira Martins, 1934-1938. *Portugal na Grande Guerra ...*

⁸ Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, 2010. *Portugal e a Grande Guerra ...*

⁹ Nuno Severiano Teixeira, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918 ...*, p. 373.

¹⁰ Sobre o Ultimato e o Mapa Cor-de-Rosa, também de Nuno Severiano Teixeira, 1990. *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna ...*

construção de um grande império colonial e o conhecimento de que em 1898 e 1912 as principais potências europeias, a Alemanha e a Inglaterra, e assessoramente a França, teriam congeminado uma partilha das colónias portuguesas em acordos diplomáticos, teria proporcionado um quadro político e ideológico para o envolvimento de Portugal na Guerra. Severiano Teixeira referencia, cita e evoca inúmeras fontes e autores da historiografia portuguesa que, entre guerras, cavalgaram nesta tese¹¹.

A segunda daquelas motivações, exposta mais recentemente (nas décadas de 70 e 80 do sec. XX, sobretudo), também evidenciando fatores exógenos, Severiano Teixeira designa por “tese europeia-peninsular”, ou “perigo espanhol”. Operaria com dois vetores, o primeiro buscando recuperar o prestígio de Portugal no quadro do concerto das nações europeias, prestígio abalado pela elisão da monarquia constitucional e instauração do regime republicano; o segundo vetor procurando combater os intentos anexionistas de uma Espanha que tinha permitido, senão mesmo incentivado, as incursões monárquicas de 1911 e 1912, comandadas por Paiva Couceiro¹².

Como bem demonstrou Severiano Teixeira mesmo a assunção concomitante destas 2 teses é insuficiente para explicar e enquadrar o cometimento português na Guerra de 1914-1918. Como escreveu, “*eram teses verdadeiras ... mas incompletas*”¹³.

Por um lado porque a evocação da questão colonial, por si, não foi suficiente para justificar a entrada na guerra, sobretudo até pela hierarquização na escolha dos teatros operacionais, com o maior esforço a ser despendido, em homens e meios, no cenário europeu. Por outro lado porque a arguição da questão peninsular, o secular “perigo espanhol”, não se ultrapassaria com a participação portuguesa na guerra. É certo que a assunção portuguesa, perante a neutralidade espanhola, lhe conferia uma vantagem diplomática e explica o cometimento beligerante. Mas bastaria a participação em cenários periféricos, como em África, onde a integridade territorial poderia estar

¹¹ Nuno Severiano Teixeira, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918 ...*, pp. 112-136.

¹² Paiva Couceiro comandaria ainda uma 3.ª incursão, a de 1919, que permitiu instaurar uma breve Monarquia do Norte, entre 19 de Janeiro e 13 de Fevereiro, numa altura em que tinha já aderido por completo aos princípios do designado “Integralismo Lusitano”. Sobre o desempenho político e militar de Henrique Mitchell de Paiva Couceiro, ver Vasco Pulido Valente, 2006. *Um herói português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*... Sobre o Integralismo Lusitano, ver Manuel Braga da Cruz, 1982, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”.

¹³ Nuno Severiano Teixeira, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918 ...*, p. 374.

objectivamente ameaçada, para obter o mesmo efeito; ou até mesmo a habitual participação logística que Portugal, solícito, nunca deixou de prestar à sua mais antiga aliada, a Inglaterra. E é preciso lembrar que o que os aliados esperavam de Portugal era pouco mais do que isso. É nesse quadro que a 16 de Fevereiro de 1916 a Grã Bretanha, evocando a velha aliança, solicita a Portugal que proceda ao apresamento dos navios alemães fundeados e acostados em portos portugueses. Que o tenha feito tão pressurosamente uma semana depois, a 23 de Fevereiro – “obrigando” a Alemanha a declarar guerra a Portugal em 9 de Março seguinte –, é bem a prova do empenho de Portugal em se envolver no conflito.

Esse ativo voluntarismo beligerante, para glosar uma expressão de Severiano Teixeira¹⁴, esse “chegar-se à frente” de Portugal, tem que ser compreendido num quadro mais completo que não se esgota naquelas duas teses.

Antes de mais há que entender que neste caso, e na maior parte dos contextos e épocas, a decisão de partir para a guerra é uma decisão fundamentalmente política. E é no âmbito da política que se devem buscar as motivações. Neste caso, não foi a Alemanha a tomar a iniciativa e se tivermos presente os conflitos de baixa intensidade que se vinham observando no sul de Angola, fronteira com o Sudoeste Africano (então, colónia alemã), e no norte de Moçambique, fronteira com o Tanganhica (também colónia alemã), percebe-se que Portugal ansiava por um qualquer pretexto, um *causus belli* para entrar na guerra. Ocorreram por todo a segunda metade de 1914 e durante todo o 1915 pequenos incidentes nas fronteiras africanas, o mais grave dos quais no sul de Angola, no final de 1914, quando a 18 de Dezembro desse ano uma patrulha alemã é travada por um destacamento português dentro do território da colónia portuguesa. Acossados, os militares alemães fogem para o território do Sudoeste Africano, sendo mortos 3 militares alemães na perseguição movida pelas tropas portuguesas. Em resposta uma força militar alemã invade o território de Angola e destroça, por completo, a coluna militar portuguesa, que registou 70 mortos entre praças, sargentos e oficiais. Dado o número de baixas, o “desastre de Naulila” (como ficou referenciado nas fontes portuguesas) foi o

¹⁴ Nuno Severiano Teixeira, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918 ...*, p. 382.

mais grave de um sem-número de incidentes fronteiriços no sul de Angola¹⁵ e norte de Moçambique (em menor número, todavia) e que alimentaram, de parte a parte, inúmeros e recorrentes protestos diplomáticos nas chancelarias de Berlim e Lisboa.

Portugal nada fez para se manter afastado do conflito, numa posição neutral; ao contrário, buscou ativamente participar na guerra, ampliando, sempre que possível, os conflitos de baixa intensidade que vinha mantendo nas colónias com os vizinhos alemães.

Não deixa de ser quase paradoxal que a guerra tenha sido declarada não a pretexto daqueles recorrentes incidentes militares nas colónias, mas sim em resposta a um ato que decorreu de uma decisão eminentemente política.

Pois é na política, como bem demonstrou Severiano Teixeira, que se devem procurar as verdadeiras motivações para a participação de Portugal na guerra de 1914-1918. Sendo certo que o factor colonial teve o seu peso e não menos importante foi a afirmação diplomática perante a Espanha, era a consolidação política do regime e a legitimidade nacional da República nascente que mais motivou a estratégia intervencionista do Partido Democrático, o grande arauto da participação de Portugal na Guerra.

Como é consabido e já amplamente estudado e debatido, os anos seguintes à implantação do regime republicano foram de grande instabilidade política com os governos e ministérios a sucederem-se numa velocidade estonteante: as disputas intestinas entre as múltiplas facções republicanas, os avanços e a pressão dos monárquicos, o crónico desregramento das finanças públicas, em resumo, a disrupção social, económica e política grassava em campo aberto, num clima permanente de dissídio, polémica, clivagem. O regime republicano, e, mais do que isso, o seu principal arauto no pós 5 de Outubro, o Partido Democrático carecia de reconhecimento e reforço de legitimidade.

A Ciência Política e a História Contemporânea sabem bem, pelo menos desde o texto emblemático de Arno Mayer¹⁶, de 1967, que a esmagadora maioria dos conflitos

¹⁵ No que respeita aos incidentes na fronteira sul de Angola, o testemunho de José Norton de Matos, à época governador da colónia, fornece os mais detalhados pormenores: José Norton de Matos, 1945. *Memória e Trabalhos da minha vida...*, pp. 185-203.

internacionais nos séculos XIX e XX tiveram por origem causas de política interna dos Estados: quanto maior era a instabilidade interna, tanto maior seria (como foi) a probabilidade de um Estado desencadear ou se envolver num conflito internacional, fosse como manobra de diversão política, fosse para minimizar ou resolver problemas internos.

Ora, a República nascente, a designada I República (1910-1926), foi atravessada, naquela década e até ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, por clivagens estruturais. Mesmo antes da guerra e com a guerra já a correr, rapidamente se estremaram os campos: os monárquicos dividiam-se em germanófilos e anglófilos; os movimentos operários e sindicais, socialistas e anarquistas em pacifistas e patriotas; os republicanos, em radicais e moderados, intervencionistas e não intervencionistas e ainda um sem número de outras dissensões cruzando várias das divisões acima expostas. Em resumo, a instabilidade governativa assumiu proporções nunca vistas, com os gabinetes e as remodelações governativas a sucederem-se num ritmo vertiginoso, mesmo quando a dominância política era, como o foi, do Partido Democrático (fundado em 1912 e assumindo-se como sucessor do Partido Republicano aquando da secessão entre “evolucionistas” e “unionistas”): entre 1914 e 1918, regista-se a sucessão de, pelo menos, 18 governos, tantos quantos os empossados como chefes do governo – com as designações de “Presidente do Governo”, “Presidente do Ministério” ou, como sucedeu com Sidónio Pais e João de Canto e Castro, ambos em 1918, como “Presidentes da República” –, sendo que alguns tinham uma duração mínima: João Pinheiro Chagas, por exemplo, foi “Presidente do Governo” entre 15 de Maio de 1915 e ... 17 de Maio de 1915! Aliás, a sua nomeação é publicada em “Diário do Governo” a 18 de Maio, quando já estava exonerado, nunca tendo chegado a tomar posse. Outros casos similares, de governos de duração “vertiginosa”, ocorreram naqueles anos da Guerra, com Presidentes de Governo nomeados, mas sem terem tempo de constituírem gabinetes de governo, ou de ministros sucedendo-se a um ritmo igualmente vertiginoso nas diversas pastas da governação de cada governo empossado.

Essas permanentes clivagens internas que caracterizaram os anos da I República impossibilitaram, em parte, uma posição consensual nacional quanto à Guerra e

¹⁶ Arno J. Mayer, 1967, “Domestic causes of the First World War”, pp. 286-300.

explicam, na crença de Severiano Teixeira, as posições tergiversantes, com todas tendências, dos próprios governos republicanos do Partido Democrático: neutralidade equidistante, neutralidade anglófila, intervencionismo exclusivamente africano, beligerância ativa e intervenção no teatro de operações europeu¹⁷. Mas também o inverso é verdade, ou seja, os resultados da participação na guerra, quer os da frente europeia, quer os da frente africana, também influenciaram as sucessivas quedas e substituições de Governo, com as correspondentes mudanças de objectivos e de estratégia.

De todo o modo, do forte e permanente debate político sobre a guerra e sobre Portugal na Guerra, resultaram vencedoras as posições dominantes no Partido Democrático: a ativa beligerância em todas as frentes, mesmo onde os nossos interesses vitais não estavam, no imediato, em perigo.

Por tudo quanto até aqui temos exposto e argumentado, resulta que o esforço da participação portuguesa na Guerra de 1914-1918 correspondeu, sobremaneira, a um cometimento político que poderemos apresentar nesta sequência de axiomas: Portugal procurava assegurar a sua integridade territorial e o seu único aliado “natural” seria a Inglaterra, pelo que desde o início do conflito, logo em 1914, cooperou oficiosamente com esse lado da guerra nas frentes africanas; mais tarde, assumiria a beligerância no campo dos Aliados na frente europeia, também para assegurar a soberania nacional e um lugar no concerto das nações; mas, sobretudo, assumiu a beligerância ativa para assegurar a consolidação e legitimação da República e o reforço e reconhecimento do Partido Democrático.

Do que resulta acima sequenciado, a questão da participação portuguesa na Guerra era a questão política dominante na sociedade portuguesa da época. Foi-o em todo o tempo anterior à declaração de guerra, entre Agosto de 1914 e Março de 1916, em que o debate opunha intervencionistas a pacifistas ou anti-intervencionistas (os defensores da posição neutral). No Parlamento, na imprensa da época, essa era a questão dominante, quase que absoluta. Mas com o facto consumado da entrada de Portugal na Guerra, em Março de 1916, a questão quase que desapareceu do debate público,

¹⁷ Nuno Severiano Teixeira, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918 ...*, pp. 378-379.

sobretudo na imprensa publicada em Portugal. Por um lado, porque as questões da mobilização, a partida das tropas e, sobretudo, o facto consumado, tornavam o assunto menos candente. Mas, também e sobretudo, pela instauração da Censura Postal Militar, organizada pelo Decreto n.º 2.352, logo a 20 de Abril de 1916. Não que esta determinação cerceasse, diretamente, o debate público sobre a Guerra, mas inegavelmente condicionava-o.

O que condicionava o debate sobre a Guerra, como não o tinha feito até então, foi uma espécie de reassunção de um decreto anterior, o Decreto n.º 1117 de 28 de Novembro de 1914¹⁸, que tinha mandado instaurar a censura à imprensa em matéria de carácter militar. Se até à entrada de Portugal na Guerra, em 9 de Março de 1916, aquela determinação tinha um efeito atenuado, após a declaração de guerra a sua aplicabilidade acentua-se. De resto, com força constituinte, a Lei n.º 545, de 20 de Maio de 1916, veio densificar o Decreto n.º 2.352, de 20 de Abril, o da Censura Postal Militar e ampliar o âmbito da censura à imprensa.

Nos meses seguintes e à medida que Portugal se preparava para a participação efetiva na Guerra, com o envio dos contingentes, quer para as frentes africanas, quer para o teatro de operações europeu, as determinações legislativas sucederam-se, regulamentando a censura em vários aspectos práticos: o Decreto n.º 2.527, de 22 de Junho de 1916, estabeleceria o quadro de gratificações; o Decreto n.º 2.595, de 25 de Agosto de 1916, determinaria que toda a correspondência nacional não poderia utilizar outras línguas que não o português, o inglês, o francês, o espanhol e o italiano (impedindo-se, assim, o alemão); o Decreto n.º 2.793, de 22 de Novembro de 1916, cometia ao Ministério da Guerra a condução exclusiva dos Serviços de Censura.

Se se pode pensar que a censura postal militar era, no imediato e compreensivelmente, um imperativo militar, destinado a privar o inimigo de informações “internas” aos contingentes militares portugueses (posição, constituição, movimentações, etc.), a censura à imprensa e a todos os meios de divulgação da opinião pública era uma necessidade exclusivamente política. De uma certa forma, até na sua sequência temporal, a censura postal militar foi um reforço da censura à informação, pois

¹⁸ Publicado no Diário do Governo, n.º 28, 1.ª série, n.º 224, de 30 de Novembro de 1914.

que com dezenas de milhares de soldados portugueses a escreverem às famílias, quaisquer dados menos atinentes com o sentido patriótico vigente do esforço de guerra, mesmo os mais aparentemente insignificantes, como os respeitantes ao quotidiano nas trincheiras da Flandres ou nas picadas africanas (alimentação deficiente, insalubridade permanente, equipamento e armamento deficiente ou desadequado, p. ex.) poderiam motivar o regresso do debate sobre o sentido da participação portuguesa na Guerra.

Uma e outra, a censura à informação publicada e a censura postal militar, foram decisões políticas, destinadas a servir um objetivo político, mesmo que, no caso da censura postal militar, também lhe possamos reconhecer, assessoricamente, um propósito militar, tático no quotidiano, mas estratégico no período mais longo de condução militar da guerra.

Aliás, os meses finais da guerra demonstram, cabalmente, esta nossa asserção sobre a natureza política da Censura. A alteração política de Dezembro de 1917, o designado “dezembrismo” que levaria Sidónio Pais, primeiro à Presidência do Ministério, entre 11 de Dezembro daquele ano e 5 de Maio de 1918, depois, num golpe anticonstitucional, à Presidência da República até à data do seu assassinato na Estação do Rossio, a 14 de Dezembro de 1918, corresponde ao período em que os anti-intervencionistas e germanófilos assumem a governação do país¹⁹. Não retirando Portugal da Guerra ou mudando de campo (o que seria, de todo, impossível) o governo de Sidónio Pais encetou um conjunto de disposições que iam de encontro às mais profundas motivações do golpe dezembrista, em que, para usar as palavras de Severiano Teixeira, *“teria sido o culminar da campanha anti-intervencionista, conduzida por sectores germanófilos e em que a deposição do Presidente Bernardino Machado, do governo de Afonso Costa e da chamada «equipa da guerra» teria por fim o aniquilamento do esforço militar português no teatro europeu”*²⁰.

O quadro dessas disposições é bem conhecido e motivou acesos debates políticos nos anos subsequentes à Guerra, cavando ainda mais fundo as clivagens e os

¹⁹ É preciso lembrar o facto nada despidendo de Sidónio Pais ter sido o Embaixador de Portugal em Berlim desde 17 de Agosto de 1912 até à data da declaração de guerra da Alemanha a Portugal, em 9 de Março de 1916.

²⁰ Nuno Severiano Teixeira, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918 ...*, p. 22.

permanentes dissídios que caracterizaram a I República e abrindo caminho, de algum modo, à Ditadura Militar de 1926. Um primeiro conjunto de disposições operando diretamente junto do Corpo Expedicionário Português²¹: em primeiro lugar, a imediata substituição do Estado-Maior do CEP, até então constituído por oficiais politicamente empenhados na “causa da guerra” e que deram lugar a outros que não o eram; depois, talvez a decisão que maior efeito teve na *debacle* do CEP no desastre de La Lys, a não substituição do contingente (o “roulement” das tropas); por fim, a desativação do corpo de aviação do CEP. Um segundo conjunto de disposições, estas de cariz inteiramente político e realizadas no país: em primeiro lugar a dissolução, por decreto, do Museu da Grande Guerra, projeto nascente instituído pelo governo anterior, o de Afonso Costa²²; depois, a supressão do “Comunicado Português de Guerra”, a peça comunicacional que quase diariamente dava conta dos acontecimentos nos teatros de operações; finalmente, o agravamento das condições da Censura, impedindo a publicação de todas as notícias que, de alguma forma, valorizassem o esforço militar português. O objectivo central destas disposições, quer as realizadas junto do CEP, quer as ocorridas no país, era o de reduzir o empenhamento patriótico na Guerra e com isso reduzir também, para não dizer aniquilar (esta é a forma verbal utilizada por Severiano Teixeira²³), o esforço político e militar de guerra.

O período sidonista permite-nos perceber que a Censura era moldável sobretudo (quando não totalmente) a desígnios políticos: no período intervencionista contendo e orientando a informação dos campos de batalha, fosse na imprensa publicada, fosse na correspondência proveniente das frentes, omitindo todos os dados que pudessem negativizar o desempenho português no conflito de molde a que o debate sobre a participação portuguesa não se reacendesse; no período sidonista, marcadamente anti-intervencionista, contendo toda a informação, também na imprensa publicada e na

²¹ Doravante designado pelo acrónimo C.E.P.

²² Decreto n.º 3.486, de 19 de Outubro de 1917: “Atendendo a que o país realiza atualmente, em França e em África, o maior esforço militar da sua história, cooperando com os aliados na guerra que mais decisiva influência exercerá na marcha da civilização e no destino das nações; (...) convém que desde já se reúnam, organizem e classifiquem todos os materiais e elementos dispersos que possam contribuir para perpetuar a memória da intervenção armada de Portugal e para documentar, duma forma quanto possível completa, o esforço da nação e a obra política e militar da República”.

²³ Nuno Severiano Teixeira, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918 ...*, p. 22.

correspondência dos militares, que de algum modo pudesse servir para enaltecer o desempenho militar português ou as vitórias dos aliados de Portugal.

A morte de Sidónio Pais, em 14 de Dezembro de 1918, pouco mais de 1 mês após o armistício de 11 de Novembro que ditou o fim da Guerra, não clarificou ou atenuou o sentido anti-intervencionista do governo que lhe sucedeu, tanto mais que, nos termos constitucionais, o seu sucessor, eleito em sede do Governo constituído por Sidónio, foi o Ministro da Marinha, João do Canto e Castro, um monárquico, oficial da Armada, que partilhava muitas das ideias de Sidónio quanto à postura de Portugal perante a Guerra.

Apesar da guerra ter terminado em 11 de Novembro de 1918, apenas a 26 de Abril de 1919, pelo Decreto n.º 25.455, foi extinto o serviço de censura postal militar, logo após a extinção da censura à imprensa publicada no mês anterior. E se dúvidas existissem quanto às motivações políticas da censura estariam agora completamente desfeitas: nenhum desígnio de estratégia militar ou ação tática militar justificaria a manutenção dos serviços de censura postal militar, e também a censura à imprensa, quase 6 meses após o termo da Guerra que não fossem razões de ordem exclusivamente política.

Capítulo IV - O Serviço de Censura Postal. Organização e critérios.

A entrada de Portugal na Guerra de 1914-1918, a partir de 9 de Março de 1916, após a declaração de guerra da Alemanha, justificou a necessidade de criação de um serviço de censura militar, alegadamente para a obtenção de informações seguras sobre tudo o que interessava às operações militares, mas também no sentido de combater uma hipotética ação organizada de eventuais “agentes inimigos” ao esforço de guerra português.

Do ponto de vista militar, e abstraindo-nos agora de todas as considerações de natureza política já evocadas no capítulo anterior, a cristalização do teatro operacional numa guerra de posições, a sempre evocada “guerra de trincheiras”, alicerçou fortemente essa necessidade das chefias militares salvaguardarem do conhecimento do inimigo a extensão e qualidade das suas posições no terreno e, antonimicamente, procurarem conhecer em detalhe as posições do inimigo.

A imperiosidade estratégica da censura postal estava bem evidenciada num extrato de uma ordem do II Corpo do Exército Alemão, apreendida pelas tropas britânicas em 1916, referindo que “enorme quantidade de informações valiosíssimas tem sido obtida dos diários, ordens, instruções e correspondência apreendida ou encontrada aos oficiais e praças prisioneiros ou mortos”¹.

A censura postal era apresentada, portanto, na sua forma instrumental, para evitar preventivamente a divulgação de todas as informações militares, imbuídas ou não explicitamente de uma natureza confidencial, e deveria ser exercida “segundo as normas racionais, deduzidas da dura experiência dos primeiros tempos da guerra”².

A fim de garantir, em toda a sua extensão, a eficácia dos serviços de censura postal e também como ação profilática, eram realizadas sobre o Regulamento de Censura palestras aos oficiais e sargentos logo após o seu desembarque em França. Naquelas palestras eram explicadas as razões que justificavam as prescrições regulamentares, tendo como finalidade desfazer no espírito daquelas hierarquias

¹ PT/AHM/DIV/1/35/77/9.

² PT/AHM/DIV/1/35/77/2.

militares intermédias a natural relutância contra o regimento de censura, pedindo-lhes que, sequencialmente, transmitissem às praças esse mesmo enquadramento. Procurava-se, desse modo, assegurar uma maior regularidade e aperfeiçoamento no funcionamento do próprio Serviço da Censura Postal.

Regulamento e Organização

As normas regulamentares que enquadravam o Serviço de Censura Postal do C.E.P. eram adaptadas das que tinham sido desenvolvidas pelos britânicos, conquanto se tivessem introduzido algumas modificações pontuais, mormente ao nível da organização dos serviços e sua distribuição pelas unidades.

O Serviço de Censura Postal português operava fundamentalmente em dois níveis, o da “Censura Regimental” e o da “Censura da Base”, que correspondiam à distribuição das tropas entre as linhas da frente e a base de retaguarda onde se situava o QG português e as designadas “Bases de Operações”.

Censura Regimental. A censura era feita diretamente em cada unidade ou formação, sendo em seguida a correspondência carimbada se a unidade possuía carimbo de censura, (ver “Listagem de Carimbos” em anexo) ou enviada á unidade mais próxima ou á censura de base, conforme os casos, quando a unidade não possuía aquele carimbo. Contudo, como se evidencia pela listagem em anexo, a esmagadora maioria das unidades e serviços do C.E.P. possuíam, cada uma delas, o seu carimbo.

A censura era executada pelos oficiais das unidades expressamente designados para essa tarefa, nos termos do Regulamento de Censura. Toda a correspondência expedida pelos militares do C.E.P. estava sujeita à censura, com raríssimas exceções que adiante listaremos.

Censura da Base. A censura da base era destinada à execução de todo o tipo de censura à retaguarda, exercendo ainda um controle sobre toda a censura regimental e, adicionalmente, era responsável pelas relações e troca de informações com outros serviços de censura postal de outros exércitos, nomeadamente o britânico, com o qual mantinha uma relação estreita, quando não de subordinação.

Essa dependência aos serviços britânicos de censura postal ficou desde logo estabelecida, no momento da sua instalação aquando da chegada do C.E.P. a França: a “Censura da Base” estava instalada no mesmo edifício onde funcionavam várias secções da censura da base britânica em Boulogne-sur-Mer e os Serviço de Censura Postal do C.E.P. tinha acesso ao laboratório químico e fotográfico britânico para a detecção, por exemplo, de tintas secretas e outras eventuais ocorrências, com base num acordo estabelecido entre os comandos dos dois corpos de exército³.

Além do controle sobre toda a censura regimental que era exercido por meio da “recensura” feita metodicamente sobre a correspondência proveniente de todas as unidades e formações, à “Censura da Base” competia ainda a censura da seguinte correspondência:

- a)- correspondência oficial;
- b)- sobrescritos verdes;
- c)- correspondência dos doentes em hospitais ingleses;
- d)- correspondência vinda de ou indo para países neutros;
- e)- correspondência vinda de ou indo para França;
- f) - correspondência para prisioneiros de guerra;
- g)- correspondência para a imprensa.

Extraordinariamente, durante os períodos dos levantamentos monárquicos em Portugal, a “Censura da Base” foi também incumbida de verificar a correspondência provinda de Portugal, o que reflete bem a dimensão política, que não apenas a militar, já evidenciada no capítulo anterior.

Isenções. Algumas entidades oficiais eram isentas de censura, seguindo um critério adaptado do regulamento da censura britânica. Segundo as instruções fornecidas aos oficiais de “Censura da Base” não deviam ser abertas as cartas endereçadas ou escritas por:

³ PT/AHM/DIV/1/35/77/3.

“Sua Excelência o Presidente da República; Presidentes das Casas Parlamentares; Ministros Plenipotenciários e seus gabinetes; General Comandante do C.E.P.; Funcionários das nações aliadas, tais como adidos militares ou navais, membros do governo de alta categoria.”⁴

Organização no terreno

Dada a extensão da Frente e a disseminação das unidades e regimentos do C.E.P. por um vasto território, houve necessidade de criar representações e delegações da “Censura da Base”, para um mais eficaz controle da informação e assegurando que nada poderia escapar à “recensura”. Assim, em 1917, segundo a documentação que temos vindo a evocar⁵, a “Censura da Base” contava já com os seguintes representantes e delegações:

a)- Oficial de ligação em Bordéus. À “Censura da Base” colocava-se permanentemente o desafio de poder assegurar a eficácia da sua atividade censória sobre uma cada vez mais diversa e extensa proveniência de fontes, ou seja, toda a correspondência de e para os militares das unidades e regimentos do C.E.P., espalhadas por uma vasta área entre a frente e as bases de operações e ainda até às bases logísticas, terrestres e portuárias. O problema agravou-se com a constituição e chegada a França, a pedido do governo francês, do CAPI (Corpo de Artilharia Pesada Independente), que ficaria sob comando francês (com a designação de Corps d'Artillerie Lourde Portugais, CALP), mas de que a “Censura da Base” deveria assegurar o serviço censório. Foi assim designado um oficial de ligação em Bordéus, com o encargo da tarefa censória, funcionando junto Quartel-General francês. De igual modo, o controle de censura do porto marítimo de Brest, onde permaneciam algumas unidades logísticas portuguesas, obrigaram à criação do cargo de oficial de ligação funcionando em Bordéus, junto da “Comission Militaire de Controle Postal”.

b) Delegados em Brest e no Havre. De igual modo, o controle de censura do porto marítimo de Brest, onde permaneciam algumas unidades logísticas portuguesas,

⁴ PT/AHM/DIV/1/35/77/8.

⁵ PT/AHM/DIV/1/35/77/11.

obrigaram à designação de um oficial delegado da “Censura da Base” naquela cidade, escolhido entre os oficiais ali em serviço. Com um fim idêntico e com as mesmas atribuições, foi também designado um delegado no Havre, porto marítimo por onde também transitava a logística do C.E.P.

c)- Criação de uma Secção em Bordéus. O trabalho do oficial de ligação em Bordéus incrementou extraordinariamente em virtude do aumento do efetivo das tropas do CAPI e ainda por ter de censurar a correspondência dos navios portugueses da Marinha de guerra e mercante em portos franceses, bem como a do grande contingente de operários portugueses que trabalhavam nas fábricas francesas de munições naquela região. Assim, em 24 de Janeiro de 1918, o trabalho desse oficial de ligação deu lugar à criação de uma Secção da Censura em Bordéus, dependente da “Censura da Base” que funcionava junto do Quartel General de Campanha.

d)- Criação das Secções de Censura n.º 1 e n.º 2. Com o avolumar da correspondência que transitava pela Secção de Bordéus, a Ordem de Serviço nº 188, de 12 de Julho de 1918, instituiu duas Secções de Censura, a n.º 1 e n.º 2, a primeira substituindo-se à “Censura da Base”, a 2.ª à Secção de Bordéus, ambos funcionando independentes uma da outra e subordinadas diretamente, ao mesmo nível, ao Quartel General em Campanha⁶.

Relações com os outros serviços de censura postal militar

A “Censura da Base” era, para todos os efeitos considerada pela autoridades britânicas como a secção portuguesa da censura britânica, como se pode constatar nalguma da documentação consultada⁷. Prova disso o facto de os casos de infração do Regulamento de Censura serem relatados periodicamente aos serviços britânicos, em obediência aos termos do acordo a que temos vindo a fazer referência. Esses relatórios periódicos eram dirigidos ao Deputy Chief Field Censor (DCPF) a funcionar junto do HeadQuarter britânico. Também ao DCFC era enviado mensalmente um relatório do

⁶ PT/AHM/DIV/1/35/77/14.

⁷ PT/AHM/DIV/1/35/77/6.

trabalho executado, do qual constavam também todas as alterações de pessoal adstrito aos serviços de censura postal militar portuguesa.

Também as relações com as autoridades militares francesas que asseguravam a censura postal militar estavam devidamente estabelecidas e regulamentadas, em articulação com a “Comission Militaire de Controle Postal” em Bordéus, a funcionar junto do QG francês, mas também eram consultados e trocavam-se informações com os serviços de censura postal civil de Boulogne-sur-Mer, por exemplo⁸.

Em conclusão desta apresentação das formas de organização do Serviço de Censura Postal Militar português, pode depreender-se que os critérios e até a própria organização daquele serviço e de todas suas dependências, era tributária dos critérios e da organização dos serviços similares dos exércitos aliados. Nada de anormal, tanto mais que a participação das forças portuguesas estava convencionada com a Grã-Bretanha desde 3 de Janeiro de 1917, estabelecendo-se que o Corpo Expedicionário Português ficaria subordinado ao BEF (British Expeditionary Force).

⁸ PT/AHM/DIV/1/35/77/10.

Capítulo V – As operações arquivísticas

Parece-nos importante começar por explicar a contextualização do nosso objecto de estudo enquanto integrante de um acervo, permitindo-nos, claramente perceber a organização subjacente a estrutura do Arquivo Histórico Militar (AHM), de modo a que possamos elencar as operações arquivísticas levadas a cabo.

O AHM é o principal depositário do património documental do Exército, relativo às campanhas militares em Portugal, na Europa e nos territórios coloniais e ultramarinos, bem como sobre outros assuntos militares, em especial dos séc. XVIII a XX.

Segundo o Decreto n.º 123/73, de 24 de Março, no seu art.º 2º, o AHM tem a responsabilidade da guarda e catalogação de todos os documentos de valor histórico relativos ao Exército Português, bem como dos que possam ter interesse do ponto de vista bibliográfico-militar.

Desde o ano 2000, com a publicação do Regulamento de Conservação Arquivística do Exército, na portaria Nº 272/2000, de 22 de Maio, no seu parágrafo nº 1 do seu artigo 7º, o AHM passou a ser a entidade arquivística do Exército com competência para proceder à guarda, tratamento e preservação de todos os documentos de valor histórico.

AHM/DIV - DIVISÕES

Segundo o regulamento do AHM de 1921, o património documental deste Arquivo distribuía-se por três grandes Divisões, constituídas por diversas Secções. A estas Divisões foi acrescentada uma outra, a 4ª Divisão, constituída pelos documentos do arquivo do Conde de Lippe, levado para o Brasil por D. João VI e devolvido a Portugal em 1948. A partir de 1997, as Divisões e respectivas Secções foram fechadas, mantendo-se as suas cotas alfanuméricas, uma vez que a estrutura de organização foi conservada. Desta forma, a cota das Divisões é composta normalmente por 4 campos: 1º - Divisão, 2º - Secção, 3º - Unidade de Instalação, 4º - Documento.

AHM/DIV/1 - 1ª Divisão

Portugal e Campanhas na Europa

A 1ª Divisão – Portugal e Campanhas na Europa é composta por documentação relativa às atividades e campanhas militares portuguesas na Metrópole e na Europa. Divide-se em 40 secções ordenadas cronologicamente. Tendo alguns documentos dos séc. XVI e XVII, é maioritariamente constituída por documentos do séc. XVIII ao séc. XX.

AHM/DIV/1/35

Corpo Expedicionário Português (1914-1919)

Secção constituída por 1550 unidades de instalação, incorporadas em 1935, é um dos grandes acervos documentais do AHM. Para além da documentação individualizada das respetivas armas, como Infantaria, Artilharia e Engenharia do Corpo Expedicionário Português (CEP), merecem também o nosso destaque os seguintes assuntos: preparação das tropas em Tancos; convenções militares com a França e a Inglaterra; transporte das tropas para a Flandres; ambulâncias e hospitais de sangue (Hendaya e ingleses); Quartel-General da Base; Quartel-General do Corpo (Comando, Repartição de Expediente e Justiça, Informações, Censura, Instrução e Organização, Serviços, Comando de Engenharia, Comando Geral de Artilharia, Serviço Telegráfico do Corpo, Serviço de Saúde, Serviço de Aviação e polícia do QGC); mapas da força; quadros orgânicos; evacuações; serviços de Justiça; assistência religiosa; ordens de serviço das unidades; documentação de contabilidade; relações de baixas; diversos assuntos da Missão Portuguesa; ordens de batalha da Repartição de Instrução e Organização; Repartição de Operações do Q.G.C.; correspondência trocada entre chefias militares portuguesas e inglesas durante a guerra; visita das autoridades civis e militares na frente de combate; documentação relativa ao Armistício e cemitérios de guerra localizados em diversos países.

Unidades de instalação que acomodam a documentação obtida e produzida pelos Serviços de Censura Postal, na decorrência do mecanismo de captura de correspondência particular, agrupada em maços semestrais ordenados cronologicamente.

Maços esses que continham documentação de tipologia variadas, como cartas particulares, ofícios, despachos, etc.

Seguidamente explicaremos as actividades arquivísticas desenvolvidas.

1. Higienização

A higienização é um dos procedimentos mais relevantes no processo de conservação de um acervo documental, uma vez que irá retirar do documento os agentes responsáveis pela sua deterioração, permitindo-nos também e desde logo um contato direto com a documentação, verificando sua integridade física¹.

Nesta documentação foi decidido implementar uma higienização preventiva assente numa série de procedimentos técnicos simples e de fácil aplicação. Assim sendo, o primeiro procedimento foi a remoção de pó e outras sujidades² a seco, higienização mecânica a seco, removendo com um aspirador de pó, de baixa potencia e protecção de sucção. Foram ainda, utilizadas para limpeza escovas macias e flanelas de algodão, para que a mesma se realize de forma eficiente e sem riscos.

Também foram removidos cliques, etiquetas, fitas adesivas, papéis e cartões ácidos e ferragens metálicas, através de técnicas apropriadas.

A higienização é, portanto, o processo para a remoção de poeira e insectos e materiais estranhos aderentes aos documentos que os danificam ou de alguma forma contribuem para a sua depreciação³.

¹ Lucy Luccas; Dione Seripierri, 1995. *Conservar para não restaurar ...*, p.35.

² A sujidade revela-se como sendo o agente de deterioração que mais afecta os documentos e quando conjugada com condições ambientais inadequadas, provoca reacções de destruição de todos os suportes existentes num acervo.

³ Maria José TÁVORA, 2003. *Pequeno dicionário de conservação e ...*, p.56;

Devemos, ainda, considerar a limpeza como um dos fatores prioritários na preservação⁴.

2. Classificação

A classificação é a operação arquivística em que se procede à elaboração ou aplicação de um plano ou quadro de classificação aos acervos documentais⁵.

Nesta operação dever-se-á identificar as classes, subclasses, ou rubricas, entre o nível do fundo e o da série, segundo o plano ou quadro de classificação.

Pretende-se, desta forma, fazer o enquadramento da série documental a descrever posteriormente.

A documentação poderá ser classificada segundo um modelo orgânico, funcional ou orgânico-funcional.

Deste modo, entendemos que esta operação deverá manter a organização na qual a documentação se encontra, conforme explanamos no início deste capítulo, uma vez que a nossa intervenção se aplica estritamente a três unidades de instalação, privilegiando e exponenciando o seu alto valor histórico-social e o seu grande potencial de comunicabilidade.

a. Série documental

Foi criada apenas uma série documental, decisão essa por nós tomada, na ausência de qualquer informação sobre a ordem original, bem como pelo facto de não existir pela parte do AHM um projecto para fazer o tratamento arquivístico do fundo do C.E.P.

Assim sendo, a documentação foi organizada em processos que tiveram como primeiro elemento agregador o documento carta particular, e que através do nome ou de outras marcas físicas tais como codificação interna da instituição, permitiram a constituição de processos, documentos simples, nos casos em que os processos são

⁴ Ingrid Beck, 1991. *Manual de preservação* p.57;

⁵ NP 4041-pt. 2005

constituídos apenas pela carta particular ou documentos composto no caso em que os processos são constituídos por tipologia documental diversa.

Como fundamentação teórica para as nossas decisões enquanto profissionais, tornou-se obvio que devíamos perscrutar as diferentes significações do termo.

Assim, para Peter Scott, a lógica de um para um, relação produtor – documento, numa perspectiva mais tradicional da arquivística, não define a questão. O que a define é “*a relação entre várias séries e um criador, entre vários criadores e uma série, entre muitos criadores e muitas séries, entre criadores e outros criadores, entre séries e outras séries*”⁶.

O autor levanta interrogações sobre o conceito de *record group*, adiantando que na sua perspectiva as séries arquivísticas vão para além da extinção do organismo criador, propondo, deste modo, a utilização da série documental como entidade física fundamental, considerando-a como entidade física de base essencial para o conhecimento do contexto de produção do arquivo.

Na NP 4041-pt de 2005, *Documentação. Terminologia Arquivística. Conceitos Básicos*, encontramos a definição de série documental⁷ tal como no dicionário de terminologia arquivística, ou seja, como uma “unidade arquivística constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos a que, originalmente, foi dada uma ordenação sequencial, de acordo com o sistema da recuperação da informação. Em princípio, os documentos de cada série correspondem ao exercício de uma mesma função ou actividade, dentro de uma mesma área de actuação. Pode contemplar vários níveis de subdivisão”⁸.

No caso de Malheiro da Silva⁹, a série é definida como sequência informacional seja qual for o suporte em que está registado pode ser o papel, a cassete, o áudio, o vídeo, o cd, ou o ficheiro electrónico, não estando dependente de critérios de

⁶ SCOTT, Peter, 1996, “The Record Group Concept ...”, p. 496.

⁷ NP 4041-pt. 2005, p. 7.

⁸ ALVES, Ivone; RAMOS, Margarida Maria Ortigão; GARCIA, Maria Madalena, 1993. *Dicionário de terminologia arquivística...*, p. 90.

⁹ SILVA, Armando Malheiro da Silva, 2006. *A Informação: da compreensão do fenómeno ...*, pp. 160 -161.

produção – administrativa ou burocrática, literária, técnica, ou científica – nem pelo uso ou recuperação.

A série informacional constituída pela lógica do uso e da recuperação rápida e fácil. A série informacional é essencialmente funcional. Desta forma diferencia a série informacional orgânica de série informacional funcional respectivamente¹⁰.

Para Carol Couture e Yves Rousseau em os *Fundamentos da Disciplina Arquivística*, a série é apresentada como «uma divisão de peças ou de unidades de instalação cobrindo os aspectos de uma mesma função, actividade ou assunto, no interior de um dado fundo e definida por um quadro de classificação»¹¹.

Concluimos, então, que a série documental é uma unidade arquivística, constituída por um conjunto de documentos simples ou compostos, com uma ordenação sequencial, que deverá espelhar o seu processo de produção, sempre que possível, mas que permita um uso ou uma fácil recuperação, independentemente do suporte que venha a adoptar.

b. Cotação

A cotação define-se como a operação em que é atribuída uma cota a cada documento ou unidade de instalação¹².

Definimo-la como um código numérico, alfabético ou alfanumérico, dado a uma unidade de instalação ou documento, permitindo deste modo a instalação definitiva, a ordenação e a recuperação da informação¹³.

Deste modo, será garantida a identificação, a recuperação e rápida localização dos documentos. A cota de ser atribuída de consonância com o quadro de classificação

¹⁰ SILVA, Armando Malheiro da Silva, 2006. *A Informação: da compreensão do fenómeno ...*, pp. 160 -161.

¹¹ ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol, 1998. *Os fundamentos da disciplina ...*, p.135.

¹² ALVES, Ivone; RAMOS, Margarida Maria Ortigão; GARCIA, Maria Madalena, 1993. *Dicionário de terminologia arquivística...*, p. 26.

¹³ ALVES, Ivone; RAMOS, Margarida Maria Ortigão; GARCIA, Maria Madalena, 1993. *Dicionário de terminologia arquivística...*, p. 28.

do fundo e cada unidade de instalação identificada com um código de referência identificativo.

No caso destes documentos a cota é alfanumérica e composta pelos seguintes elemento: fundo, série, unidade de instalação e documento.

3. Descrição arquivística

A descrição arquivística tem como objetivo primeiro permitir o acesso à documentação, apresentando o conteúdo dos documentos de arquivo e as suas características físicas, fazendo “representações” dos documentos, com o objectivo de identificar, localizar, recuperar e difundir a informação.

A descrição é uma operação arquivística fundamental no processo de tratamento documental, o acesso à informação depende da fiabilidade e do rigor com que o arquivista desempenhe a mesma, de uma descrição adequada resultara o sucesso da pesquisa, do mesmo modo que uma descrição inexacta induzirá o usuário em erro ou tornará o documento inacessível. Sobre este assunto, Michel Duchein escreveu: *“Sem uma descrição adequada, os arquivos são como uma cidade desconhecida sem planta, como um cofre de um tesouro sem chave, ou pior: o mesmo que um viajante com um mapa inexacto corre o risco de extraviar-se, assim um instrumento de descrição erróneo ou imperfeito pode enganar gravemente o investigador, seja por falsa interpretação de outros dados, seja por falta de informações referentes à origem e à história dos documentos”*¹⁴.

Perspetiva inovadora de uma descrição arquivística integrada no Brasil é defendida por Luís Carlos Lopes¹⁵, tomando de empréstimo um conceito original de Couture, ao afirmar que a mesma ocorre em todos os momentos do tratamento documental em arquivo. Para o autor a descrição inicia-se no processo de classificação, prolonga-se pela avaliação e consubstancia-se nos instrumentos de descrição específicos. Em longo de todo o processo, o trabalho do arquivista é, para Lopes, representar ideologicamente as informações contidas nos documentos.

¹⁴ DUCHEIN, Michel, 1982. “O respeito aos fundos arquivísticos...”, p. 4.

¹⁵ LOPES, Luís Carlos, 1996. *A informação e os arquivos...*, passim.

No caso da ISAD(G) verificamos que “ os procedimentos relacionados com a descrição podem ter início no momento da produção dos documentos - ou mesmo antes - e continuar durante o seu ciclo de vida. Estes processos permitem estabelecer controlos intelectuais necessários para assegurar a perenidade de descrições fiáveis, autênticas, significativas e acessíveis”¹⁶.

Mas ainda sobre este assunto, adianta que “A descrição, no sentido mais amplo do termo, inclui cada elemento de informação, independentemente da etapa de gestão em que o mesmo é identificado ou estabelecido. Em qualquer etapa a informação sobre os documentos permanece dinâmica, podendo ser alterada à luz de um maior conhecimento do seu conteúdo, ou do contexto da sua produção”¹⁷.

Através da descrição arquivística deverá ser possível a visualização do conteúdo documental. Para tal são essenciais os instrumentos de pesquisa que deverão partir do geral para o particular, isto é, a descrição dos conjuntos documentais deverá primeiramente, em relação à sua substância, começar por indicar a unidade da organização, as funções, as actividades, as operações e os assuntos que trata, mas também a estrutura que fornece informações sobre o sistema de classificação adotado, as unidades de instalação, as datas extremas, as tipologias dos suportes e por último, as quantidades de documentos¹⁸.

Concluimos que, não obstante a importância de todas as etapas do tratamento documental, a descrição será, porventura, a parte mais visível de todo trabalho e aquela que os investigadores acedem de forma mais directa. A descrição identifica e explicita o contexto e conteúdo dos documentos de arquivo, com vista a facilitar a sua inteligibilidade e acessibilidade.

4. Digitalização

A globalização da sociedade em que vivemos encerra em si mesma uma mudança de paradigma na arquivística, assistimos a abordagens

¹⁶ Cfr. ISAD(G), 2004. *Norma Internacional de Descrição Arquivística...*, p. 9.

¹⁷ Cfr. ISAD(G), 2004. *Norma Internacional de Descrição Arquivística...*, p. 9.

¹⁸ COOK, Terry, 1998, “Arquivos pessoais e arquivos institucionais ...”, p. 136.

transdisciplinares, que vão estabelecendo cada vez mais pontes entre a informação (objecto primeiro da arquivística) e o uso das novas tecnologias ao serviço da contemporaneidade, de resto ideia já defendida por Castels, em “Sociedade em Rede”¹⁹.

A disponibilização eletrónica e o acesso remoto à informação, mais do que um aporte à qualidade de vida do cidadão, é muitas das vezes a única forma de entrar em contato com acervos documentais, consequentemente com a informação.

Deste modo, temos assistido a uma tomada de consciência por parte das organizações detentoras de acervos documentais, nomeadamente os arquivos, da responsabilidade social em garantir de uma forma eficiente e eficaz, a aplicação de medidas e iniciativas com vista a facilitar o acesso dos cidadãos em arquivo.

De uma forma sucinta podemos dizer que a digitalização é a captura de uma imagem diretamente do documento original, efetuada através de um dispositivo eletrónico.

As vantagens do suporte digital são inúmeras, de entre elas salientamos a fidelidade ao original, a manutenção da qualidade independentemente do número de cópias, a permissão da consulta à distância, a salvaguarda dos originais e quando associado a bases de dados oferece boas capacidades de comunicação e de difusão da informação.

O aplicativo informático a utilizar, deverá permitir a associação das fichas de descrição documental criadas às imagens digitais dos documentos que estiveram na origem essa mesma descrição.

Assim sendo, as imagens matrizes deverão ficar guardadas num servidor, permanecendo fora da base de dados, devendo para efeitos de

¹⁹ CASTELLS, Manuel, 2000. *A Sociedade em Rede ...*, *passim*.

consulta proceder-se à associação entre ficha de informação criada e a respectiva imagem dos documentos.

Todos os documentos, simples ou compostos, integrantes desta série deverão ser objeto de transferência de suporte, sendo a sua digitalização efectuada com uma resolução de 300 dpi, e as imagens gravadas em formato TIFF (*Tag Image File Format*), sem compressão e o tratamento digital feito imagem a imagem.

A reprodução e visualização dos documentos deverá ser feita com a máxima fidelidade, numa escala de cinza, “*gray scale*” de 8 bit.

Todas as imagens devem ter inseridos metadados²⁰ referentes especificamente à decorrência do tratamento documental bem como metadados específicos das estruturas informáticas.

Do mesmo modo que a digitalização da documentação da série documental dos Serviços de Censura Postal, possibilita a disponibilização eletrónica e o acesso remoto, possibilita também a preservação.

A preservação digital é possível através da transferência de suporte, ou seja, a transferência do conteúdo intelectual dos documentos para um outro suporte através da digitalização.

No entanto e considerando nós que a preservação e a conservação em todas as suas vertentes, dos originais e das imagens digitais é uma área de altíssima importância em arquivística, e não sendo esse o enfoque da nossa tese, não nos alongamos em explanações neste âmbito, para tal deverão as entidades detentoras criar *guidelines*.

²⁰ Os metadados - “conjunto de dados estruturados que identificam os dados de um determinado documento e que podem fornecer informação sobre o modo de descrição, administração, requisitos legais de utilização, funcionalidade uso e preservação”. Conceito inscrito na ISO 15.836/2009 – Dublin Core Metadata element Set (DCMES);

Capítulo VI - Difusão

“Repensar a Arquivologia e a forma como tratamos a informação contida nos acervos tem dentre suas características ultrapassar as fronteiras entre disciplinas. Da mesma forma que entra em contacto com o passado a as fontes históricas, volta-se para o futuro, com o uso das tecnologias e o estudo das relações e das necessidades dos sujeitos que vivem na «Sociedade em Rede»”¹.

Ou seja depara-se-nos um novo paradigma para a arquivística, o paradigma pós-custodial da informação².

Aproximar os utentes das instituições e aproximar as instituições dos utentes, parece-nos, sem qualquer dúvida, um caminho de duas vias, a ser trilhado pela arquivística como forma de evolução natural de uma ciência da informação social³. A arquivística é assim uma ciência da informação social, que estuda os arquivos (sistemas de informação semi-fechados), quer na sua estrutura interna e na sua dinâmica própria, quer na interação com outros sistemas correlativos que coexistem no contexto envolvente.

“Arquivística é o campo científico, cuja doutrina (princípios, teorias, metodologia e técnicas) se ocupa do estudo dos conjuntos documentais orgânicos, seja em seu aspecto unitário (fundo) seja em seu aspecto decomposto (documentos e informações arquivísticas) e de organização intelectual e física, desde o planeamento para a sua formação até sua preservação definitiva ou descarte”⁴

Campo científico que se quer cada vez mais pensado para servir a Sociedade, caminho esse que foi nas últimas duas décadas incrementado pelo aumento exponencial das potencialidades que as Tecnologias da Informação e Comunicação permitem em Arquivística.

¹ Moisés Rochembach, 2015, “Difusão em Arquivos ...”, pp. 98-99.

² ver Fernanda Ribeiro, 2001, “Os Arquivos na era pós-custodial...”, pp. 6-9.

³ Armando Malheiro da Silva et al., 1999, *Arquivística: teoria e prática ...*, p. 214.

⁴ Vanderlei B. Santos, 2011, *A teoria Arquivística a partir de 1898 ...*, apud Ana Paula Alves Soares et al., 2015, *O Paradigam Pós-Custodial ...*, p. 30.

Começando por entender o que é a difusão em arquivística, gostaríamos no entanto de fazer a ressalva de que a explanação será sucinta por considerarmos que já outros se debruçaram sobre este assunto de forma exaustiva e bastante assertiva⁵.

O conteúdo semântico da terminologia portuguesa e internacional para difusão arquivística é muito diversificado.

A difusão constitui uma das funções dos arquivos, mas também a avaliação, a aquisição, a conservação, a classificação ou descrição, tal como consideram Rousseau e Couture, mas também como um dos “quatro grandes sectores principais que foram objecto dos trabalhos dos especialistas dos arquivos, ou seja, o tratamento, a conservação, a criação e a difusão”⁶. Podemos igualmente defini-la conforme a NP 4041:2005-pt: o termo difusão é “(...) uma das funções do Arquivo (...) que visa promover o conhecimento do acervo documental”⁷.

Concebendo o conceito de difusão arquivística enquanto função, Marta Nogueira explana-o assim: “(...) optamos pelo termo difusão cultural, na medida em que, na nossa terminologia arquivística, se encontra previsto o conceito de difusão. Entendemos que, clarificado o conceito e alargado o seu campo de acção, o mesmo permite clarificar a função e alargar a mesma a novas realidades e desafios para os Arquivos no cumprimento da sua função cultural (...) é também um termo geralmente utilizado na prática profissional portuguesa. As actividades culturais inerentes correspondem a exposições, visitas guiadas, workshops, itinerários, conferências, congressos, jornadas e colóquios, tertúlias e encontros, jornadas Dia Aberto, publicações e concursos”⁸.

Já Bellotto⁹ considera que se pode observar distintamente três modelos de difusão em arquivo.

- Difusão educativa: que compreende uma relação entre o arquivo e as escolas (quer alunos quer professores) com estreitar relações entre as instituições de arquivos

⁵ Nomeadamente Marta Nogueira, 2012, “A difusão cultural no Arquivo Nacional ...”.

⁶ Jean-Yves Rousseau e Carol Couture, 1998, *Os fundamentos ...*, p.48

⁷ Instituto Português da Qualidade, NP 4041: 2005-pt, p. 19.

⁸ Marta Nogueira, 2012, “A difusão cultural no Arquivo Nacional ...”, pp. 32-33.

⁹ Heloísa Liberalli Bellotto, 2004, *Arquivos Permanentes ...*, p.228

e o meio estudantil bem como fomentar o conhecimento sobre os documentos custodiados, através de boas políticas educacionais;

- Difusão editorial: através de publicações, que divulguem os produtos e serviços de arquivo, tais como folhetos, boletins, revistas, *newsletters*, etc;

- Difusão cultural: desenvolvimento de projetos culturais em varias áreas da cultura, com uma abrangência que permita a dupla função, muito importante para a autora, de “saída e entrada” de conhecimento do arquivo para com a Sociedade.

Alberch I Fugeras considera a “função cultural como uma tarefa substancial dos arquivos” e que não é “um objectivo mantido de forma unânime pela comunidade arquivística”¹⁰. Segundo este autor, as razões desta discrepância são muitas e variadas mas fundamentalmente podem concretizar-se em dois grandes grupos: aqueles que definem que o arquivo não tem a estrutura nem os recursos económicos necessários para realização de uma tarefa enorme como essa, e os que entendem que os arquivos não têm que realizar atividades de tipo cultural.

Deste modo, o autor coloca o enfoque numa questão mais abrangente e sugere uma perspectiva diferente ao partir do princípio que a difusão deve ser pensada a partir da função cultural, em estreita ligação com políticas de ação cultural e divulgação histórica, estabelecendo parcerias entre instituições de arquivo e a sociedade civil nos mais variados contextos, desde comunidades locais passando por projetos nacionais e internacionais.

Disponibilização em Base de dados *on-line*

Como já referimos anteriormente, e estando as dinâmicas culturais e informacionais cada vez mais presentes nos arquivos, torna-se imprescindível a disponibilização da informação. Com o avanço tecnológico que a sociedade em que vivemos tem vindo a sofrer nas últimas duas décadas, a possibilidade de os arquivos

¹⁰ Ramon Alberch Fugueras, 2001, “Archivos y Cultura”, p. 18.

cumprirem cada vez mais e melhor a função que justifica a sua existência, é exponencial, como temos repetidamente acentuado.

A disponibilização da informação em base de dados (*Archeevo*¹¹) *on-line* permite a recuperação da mesma, em tempo real, uma vez que o acesso é remoto, por níveis de descrição, através de pesquisa “simples”, utilizando a cota do documento desejado ou através de pesquisa “avançada”, usando descritores controlados, estabelecidos pela entidade detentora. Permite-se também a visualização de todos os objetos digitais que estão associados a um código de referência uma vez que a cada registo informático de documento simples ou composto criado em base de dados, serão associados os objetos digitais correspondentes. Assim, também se possibilita a inserção destes registos no Portal Português de Arquivos (PPA), na aplicação APEX e ainda na plataforma Europeia.

Parceria entre Arquivo Histórico Militar e Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Foram estabelecidos contatos com vista à elaboração de um protocolo entre o Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) e o AHM, no sentido de estabelecer uma profícua e estreita colaboração entre as duas entidades que permitisse uma melhor e maior difusão da documentação proposta, numa união de esforços.

O “Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL) é uma unidade de Investigação & Desenvolvimento integrada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa¹²”, que tem como orientações fundamentais a investigação teórica e experimental e a disponibilização de materiais e ferramentas.

O CLUL foi criado para ser um “espaço de diálogo entre áreas tradicionais e áreas mais recentes dos estudos da linguagem, acolhendo no seu domínio a filologia, a dialectologia, a linguística histórica, a linguística comparada, a linguística teórica, a linguística computacional, a linguística experimental, a linguística clínica, a

¹¹ *Archeevo* – Base de dados da empresa *Keep Solutions*, utilizada no AHM

¹² Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, <http://www.clul.ul.pt/pt>

psicolinguística e as tecnologias da fala”. O CLUL está também dedicado à interacção com outras áreas de investigação.

Salientamos os objetivos centrais desta unidade, que nos parecem ser relevantes para a nossa proposta:

“i. desenvolver investigação teórica e experimental, com vista quer à descrição e análise linguística da gramática de adultos e de crianças, quer ao desenvolvimento de trabalho em processamento da linguagem natural (...).

ii. levar a cabo actividades de investigação e desenvolvimento na área da modelização formal e computacional das línguas naturais e na produção de tecnologias no campo da engenharia da linguagem.

iii. promover abordagens multidisciplinares no estudo da linguagem humana, em co-relação com outras áreas do conhecimento (literatura, história, paleografia, antropologia, etnografia, sociologia, psicologia, matemática, ciências médicas e engenharia da linguagem).

iv. desenvolver novos recursos linguísticos e aplicações no âmbito do português L1 e L2, em diversas áreas de relevância científica e social (edições de texto, atlas linguísticos, corpora de larga-escala, corpora etiquetados e anotados, léxicos, ferramentas para avaliação do desenvolvimento linguístico com aplicações nos domínios da linguística clínica e da linguística educacional, testes para avaliação da leitura).

v. realizar trabalho de campo e pesquisa arquivística em diferentes domínios por forma a reunir fontes primárias que sirvam de base à produção de recursos e aplicações como os referidos acima.

vi. promover o debate e a difusão nacional e internacional do conhecimento produzido.”

O CLUL , através do projeto FLY 1900-1974, desenvolveu entre os anos de 2010 e 2014, uma campanha de recolha, edição eletrónica e estudo interdisciplinar de um

conjunto de documentos do século XX produzidos na esfera privada. Totalizando durante este período uma amostra de 2.000 cartas portuguesas compostas em vários contextos, tais como de guerra, emigração, prisão ou exílio entre 1900 e 1974, “amostra essa que tem o duplo formato de corpus linguístico e de edição crítica disponibilizada na internet e comentada nas perspetivas histórica, linguística e sociológica (...) a edição electrónica de 2.000 cartas particulares do século XX acompanhadas de indexação linguística, histórica e sociológica”¹³.

No âmbito da parceria a desenvolver, e à semelhança do projeto FLY 1900-1974, pensamos que à responsabilidade do CLUL devesse ficar a transcrição das cartas e a indexação das mesmas, depois do AHM as fornecer em suporte digital.

O AHM deverá ser responsável para tecnologia que permita a gravação de voz e pela execução da gravação, bem como a visualização da transcrição.

Os ficheiros digitais com as gravações de voz associados à digitalização das cartas disponibilizados pelo AHM poderão integrar o Projeto Fly 1900-1974.

Projeto de Exposição Virtual

A evocação dos Cem anos da Grande Guerra é uma oportunidade para que o AHM se junte a outros parceiros de outras áreas culturais com o objetivo de contar uma história mais completa sobre pessoas “reais” que estiveram direta ou indiretamente envolvidas na Grande Guerra, estimulando uma memória coletiva mas também uma participação mais ampla das comunidades e usuários.

A semelhança do que tem vindo a ser feito em outros arquivos, alguns nacionais, como é o caso do *The National Archives*¹⁴, do Reino Unido, em que o acervo documental de carta pessoais escritas pelos soldados ingleses, constitui uma exposição virtual *Discover Personal Stories - Letters from the First World War*¹⁵, propomos um

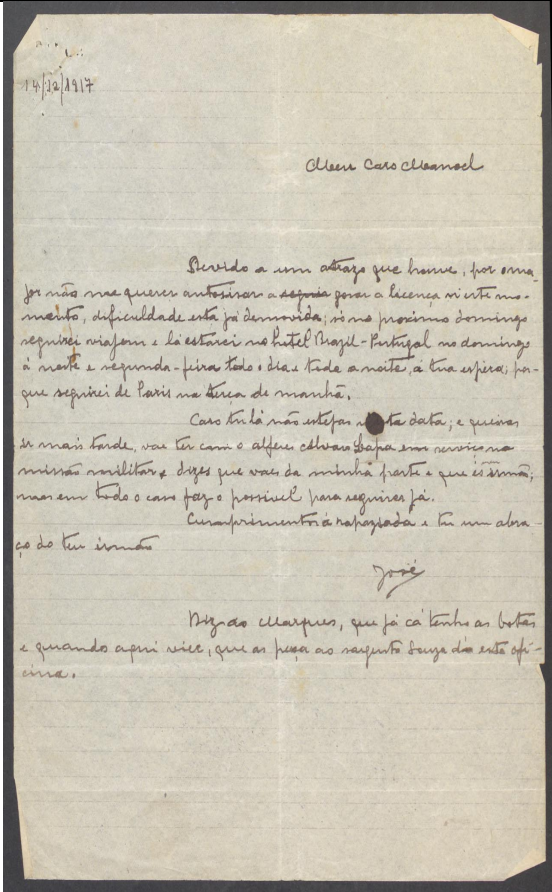
¹³ Fly – Cartas Esquecidas *The Forgotten Letters Years 1900 – 1974*, em <http://fly.clul.ul.pt/index.php>

¹⁴ Ver em <https://www.google.pt/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=national+archives+uk>

¹⁵ Ver em <http://www.nationalarchives.gov.uk/first-world-war/>

projeto de exposição virtual, tendo como suporte o trabalho desenvolvido com a informação criada na decorrência de todo o processo que temos vindo a expor, o que possibilitaria ao AHM não despendar verbas adicionais especificamente atribuídas a esse projeto.

A utilização dos objetos digitais torna-se assim fulcral na estratégia de difusão que desenvolvemos, uma vez que a cada objeto digital, “carta”, deverá posteriormente ser associado o registo áudio bem como a transcrição da respetiva carta, permitindo a visualização do documento original, mas também a leitura quer do original quer da transcrição e ainda a oportunidade de “ouvir” o registo áudio.

	<p>14 de Dezembro de 1917.</p> <p>Meu Caro Manoel,</p> <p>Devido a um atraso que houve, por o Major não me querer autorizar a gozar a licença neste momento, dificuldade já demovida, só no próximo Domingo seguirei viagem e lá estarei no Hotel Brasil-Portugal no Domingo à noite e segunda-feira todo o dia e toda a noite à tua espera, porque seguirei de Paris na terça de manhã.</p> <p>Caso tu lá não estejas nesta data, e queiras ir mais tarde, vai ter com o Alferes Álvaro Lapa em serviço na Missão Militar e dizes que vais da minha parte e que és meu irmão, mas em todo o caso faz o possível para seires já.</p> <p>Cumprimentos à rapaziada e tu um abraço do teu irmão,</p> <p>José.</p> <p>Diz ao Marques que já cá tenho as botas e quando aqui vier que as peça ao Sargento Sousa desta oficina.</p>
--	---

[carregar no botão para ouvir a leitura da Carta]



O AHM pretende com este projeto demonstrar a riqueza e importância que esta pequena parte do seu acervo, com um enorme potencial de comunicabilidade, tem na compreensão do impacto e de como a Grande Guerra mudou a sociedade, disponibilizando histórias recolhidas em processos oficiais mas que relatam histórias de vida individuais.

Dando aos usuários a possibilidade de “manusear” uma gama de materiais, a partir de documentos em suporte em papel (oficiais e pessoais), para gravações de som, representações digitais de cartas e transcrições, o AHM tem a oportunidade de através de uma coleção *on line* chegar a casa das pessoas, cumprindo-se assim, de forma particularmente assertiva, a função da Difusão que agora lhe compete.

Conclusão

Como se pode depreender por tudo quanto expusemos até este ponto, existe uma questão estruturante ao desenvolvimento desta tese de mestrado, a qual norteou o desenrolar dos trabalhos: o paradigma pós-custodial da informação.

Como está firmemente estabelecido nas diversas fontes que fomos evocando ao longo da tese, o paradigma pós-custodial da arquivística consubstancia-se no “entender que o objecto científico da mesma não pode mais ser o documento de arquivo, mas sim a informação”¹. Isto equivale a estabelecer que a visão custodial da arquivística apresentava-nos uma perspectiva patrimonialista dos arquivos, em que a primazia era atribuída às técnicas de tratamento documental, em detrimento da função social e cultural.

A função social e cultural dos arquivos, mas também outras funções arquivísticas, encontraram no advento das novas tecnologias o elemento impulsionador para que a arquivística transitasse de disciplina auxiliar da história para o campo da ciência da informação, fazendo com que a arquivística se confrontasse com uma mudança paradigmática, mudança essa consumada na “valorização da informação enquanto fenómeno humano e social, sendo a materialização num suporte um epifenómeno (ou derivado informacional)”².

O acesso total e transparente à informação, o acesso público e pleno aos arquivos e à informação neles contidos, justifica e legitima a custódia e a preservação. Ou como Malheiro da Silva bem sublinhou, “a constatação do incessante e natural dinamismo informacional oposto ao «imobilismo» documental, traduzindo-se aquele no trinómio criação-selecção natural/acesso-uso e o segundo na antinomia efémero/permanente”³.

Esta mudança paradigmática é, em nosso entender, especialmente sentida na difusão, que nas últimas duas décadas encontra um campo imenso de

¹ Ana Paula Soares, Adilson Luiz Pinto e Armando Malheiro da Silva, 2015, “O Paradigma Pós-Custodial...”, p. 22.

² Armando Malheiro da Silva, 2006, *A Informação: da compreensão do fenómeno ...*, p. 18.

³ Armando Malheiro da Silva, 2006, *A Informação: da compreensão do fenómeno ...*, p. 22.

progressão quer científica quer técnica, mas que não se pode percorrer e entender sem o acompanhamento das outras funções arquivísticas, uma vez que todas as funções estão em interação, procurando o equilíbrio.

O projeto que aqui apresentámos no capítulo anterior, reifica de forma muito assertiva, diríamos mesmo quase demonstrativa e didática, essa assunção do paradigma pós-custodial, em que os arquivos são como que devolvidos à Sociedade, cumprindo-se também uma função cultural.

E pode-se mesmo imaginar, em conclusão, que essa face da função social que o paradigma pós-custodial assume possui como que, na outra face, a atribuição de uma co-responsabilização no cuidar, como que uma “custódia participativa”.

Bibliografia

- AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos de Matos, 2010, *Portugal e a Grande Guerra, 1914-1918*. Lisboa, Quidnovi.
- ALBERCH I FUGUERAS, Ramón, 2000, "Ampliación del uso social de los archivos. Estrategias y perspectivas", in *Seminário Internacional de Arquivos de Tradição Ibérica*, Rio de Janeiro. Disponível em:
<http://www.arquivonacional.gov.br/download/ramonfugueras.rtf>
- ALBERCH I FUGUERAS, Ramón, 2001, "Archivos y Cultura", In Ramon Alberch i Fuguerras; Lurdes Boix; Natàlia Navarro; Susanna Vela, *Archivos y cultura: manual de dinamización*. Gijón, TREA.
- ALBERCH I FUGUERAS, Ramón, 2003. *Los archivos, entre la memoria histórica y la sociedad del conocimiento*. Barcelona, Editorial UOC
- ALVES, Ivone; RAMOS, Margarida Maria Ortigão; GARCIA, Maria Madalena, 1993. *Dicionário de terminologia arquivística*. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.
- BECK, Ingrid, 1991. *Manual de preservação de documentos*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli, 2004. *Arquivos Permanentes. Tratamento Documental*. Rio de Janeiro, Fundação Gertúlio Vargas.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli; CAMARGO, Ana Maria de Almeida, 1996. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo, Associação de Arquivistas Brasileiros.
- BRUYNE, Paul de ; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de; Ladrière, Jean (préfacier). 1974. *Dynamique de la recherche en sciences sociales : Les pôles de la pratique méthodologique*. Paris, Presses Universitaires de France.

- CASSARES, Norma Cianflone; MOI, Cláudia, 2000, *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, 2000.
- CASTELLS, Manuel, 2000. *A Sociedade em Rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- CIDADE, Hernâni, 1937, “Portugal na Guerra Mundial: 1914-1918”, in Damião Peres (org.), 1928-1954. *História de Portugal ...*, vol. VII. Barcelos, Portucalense Editora.
- CONDÉ, Anne-Marie, 2007, “Imagining a collection : Creating Australia’s records of war”, in *reCollections: Journal of the National Museum of Australia*, 1, vol. 2. Disponível em:
http://recollections.nma.gov.au/_data/assets/pdf_file/0007/332953/ImaginingACollection.pdf
- CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, ISAD(G), 2004. *Norma Internacional de Descrição Arquivística*. 2ª edição, tradução do Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, IAN/TT, Lisboa.
- COOK, Terry, 1998, “Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós moderno”, in *Revista de Estudos Históricos*, vol. 11, nº 21. Disponível em:
<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>
- CRUZ, Manuel Braga da, 1982, “O integralismo lusitano nas origens do salazarismo”, in *Análise Social*, vol. XVIII (70), pp. 137-182, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- DUCHEIN, Michel, 1982. “O respeito aos fundos arquivísticos: Princípios teóricos e problemas práticos”, in *Revista Arquivo & Administração*, Associação dos Arquivistas Brasileiros, Rio de Janeiro.
- FACON, Patrick, 1977. *Soldats français de l'armée d'Orient, 1915-1919: recherches sur le moral et approche des mentalités*. Paris, Université de Paris X, thèse de 3e cycle.
- FERREIRA, Miguel, 2006. *Introdução à preservação digital. Conceitos, estratégias e actuais consensos*. Guimarães, Editora da Escola de Engenharia da Universidade do Minho.

FRANCO, Graça, 1993, *A Censura à Imprensa, (1820-1974)*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062/1201>

IBÁÑEZ MONTOYA, Carlos, 1987. *Difusión cultural. Archivos, bibliotecas, museos*. (presentado a Congreso de Estudios Vascos). Pamplona, Disponível em: <http://www.euskomedia.org/PDFAnlt/congresos/10/10113122.pdf>

LEGRANGE, François, 2009, *Moral et opinions des Combattants Français durant la Première Guerre Mondiale d'après les rapports du Contrôle Postal de la IV Armée*, Paris, Université Paris IV, Sorbonne, thèse de doctorat. Disponível em: <http://www.theses.paris-sorbonne.fr/these.lagrange.pdf>

LOPES, Luís Carlos, 1996. *A informação e os arquivos: teorias e práticas*. Niteroi, Editora da Universidade Federal Fluminense.

LUCCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione, 1995. *Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em biblioteca*. Brasília, Thesaurus.

LYONS, Martyn, 2003. "French Soldiers and Their Correspondence: Towards a History of Writing Practices in the First World War", in *French History*, 1, vol. 17. Disponível em: <http://fh.oxfordjournals.org/content/17/1/79.full.pdf+html>. [Consultado em 13 dezembro 2013].

LYONS, Martyn, 2012, "New Directions in the History of Written Culture", in *Culture & History Digital Journal*, 2, Vol. 1. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.3989/chdj.2012.007>

MARQUES, Isabel Pestana, 2008, *Das Trincheiras com Saudade. A Vida Quotidiana dos Militares Portugueses na Primeira Guerra Mundial*. Lisboa, A Esfera dos Livros.

MARTÍNEZ GARCÍA, Luis, 1999, "La Difusión por la Difusión. Algunas reflexiones personales en el campo de la difusión de los archivos", in *Archivos, Ciudadanos y Cultura*. Toledo: Anabad Castilla-La Mancha.

MARTINS, Luís Augusto Ferreira, 1934-1938. *Portugal na Grande Guerra*, 2 vols.. Lisboa, Editorial Ática.

- MATOS, José Norton de, 1945. *Memória e Trabalhos da minha vida*, vol. IV. Lisboa, Editora Marítimo-Colonial.
- MAYER, Arno J., 1967. "Domestic causes of the First World War", in Leonard Krieger & Fritz Stein (eds.), *The Responsibility of Power: Historical Essays in Honour of Hajo Holborn*. New York, Doubleday Ed.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, 2000, "'All of Us are Looking Forward to Leaving': The Censored Correspondence of the Portuguese Expeditionary Corps in France, 1917–18", in *European History Quarterly*, 3, vol. 30.
- NOGUEIRA, Marta, 2012. *A difusão cultural no Arquivo Nacional e arquivos distritais portugueses: exposições documentais (1990-2009)*. Évora, Escola de Ciências Sociais, Universidade de Évora, Dissertação de Mestrado. Disponível em: <http://comum.rcaap.pt/handle/123456789/4140>
- NP 4041-pt. 2005, *Informação e documentação – Terminologia arquivística: Conceitos básicos*. Lisboa: Instituto Português da Qualidade.
- PEREIRA, Carlos Santos Pereira, 2004, "Media e Militares na gestão de conflitos internacionais. Da desconfiança à cumplicidade", in Adriano Moreira (org.), *Informações e Segurança. Estudos em honra do General Pedro Cardoso*. Lisboa, Prefácio.
- PERES, Damião (org.), 1928-1954. *História de Portugal. Edição monumental comemorativa do 8.º centenário da fundação da nacionalidade, profusamente ilustrada e colaborada pelos mais eminentes historiadores e artistas portugueses*, 9 vols.. Barcelos, Portucalense Editora
- RIBEIRO, Fernanda, 2001, "Os Arquivos na era pós-custodial: reflexões sobre a mudança que urge operar", in *IV Encontros do Outono – Memória, Arquivos e Museus*. Vila Nova de Famalicão, Casa das Artes, 26 e 27 de Outubro. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo10091.pdf> [Acedido em 1 junho 2015].
- RIBEIRO, Fernanda, 2005, "Novos caminhos da avaliação de informação", in *Arquivística.net*, vol. 1, nº 2, 2005. Disponível em: <http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.ph?id=16;>>

- ROCHEMBACH, Moisés, 2015, “Difusão em Arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional”, in *Informação Arquivística*, Rio de Janeiro, v. 4 , nº. 1, Jan/Jun.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol, 1998. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa, Dom Quixote.
- SCOTT, Peter, 1996, “The Record Group Concept: A case of abandonment”, in *The America Archivist*, vol. 29, n. 4, Society of American Archivists.
- SERRANO MORALES, Riansares, 2004, “La difusión cultural en los archivos: experiencias prácticas y edición de materiales didácticos”, in Carlos Sáez Sánchez (coord.), *Conservación, reproducción y edición: modelos y perspectivas de futuro*. Guadalajara, AACHE Ediciones.
- SERRÃO, Humberto Júlio da Cunha, 1942. *O Serviço Postal do Corpo Expedicionário Português: a França em 1917-1918*. Lisboa, CTT.
- SILVA, Armando Malheiro da [et al.], 1999. *Arquivística: teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Porto, Edições Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da Silva, 2006. *A Informação: da compreensão do fenómeno à construção do objecto científico*. Porto, Afrontamento.
- SILVA, Armando Malheiro da, s.d. “A Gestão da Informação Arquivística e suas repercussões na produção do conhecimento científico”. Acedido em 6.09.2016. Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/22537/2/armandomalheirogestao000091469.pdf>
- SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda, 2002. *Das “Ciências” Documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto, Edições Afrontamento.
- SILVA, Paulo Sérgio de Souza e, 2008. *Políticas Culturais e Arquivos Públicos: Difusão cultural, acesso e preservação do património cultural em Minas Gerais, 1995-2005*. Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz

de Fora, Dissertação de pós-graduação, Disponível em:

<http://www.ufjf.br/ppghistoria/files/2009/12/PAULO-SERGIO1.pdf>

SOARES, Ana Paula; PINTO, Adilson Luiz; SILVA, Armando Malheiro da, 2015, “O Paradigma Pós-Custodial na Arquivística”, in *Páginas a&b*, s. 3, 4, Porto.

TÁVORA, Maria José, 2003. *Pequeno dicionário de conservação e restauração de livros e documentos*. Brasília, Edições Cobra Pages.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1990. *O Ultimatum Inglês. Política externa e política interna no Portugal de 1890*. Lisboa, Edições Alfa.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, 1996. *O Poder e a Guerra, 1914-1918. Objectivos nacionais e estratégias políticas na entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa, Editorial Estampa.

VALENTE, Vasco Pulido, 2006. *Um herói português: Henrique Paiva Couceiro (1861-1944)*. Lisboa, Alêtheia Editores.